



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

05/05/2011 10:33:18

INTERESSADO:

Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.000937/2011-71

ASSUNTO:

Unid.Atuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

CÓDIGO:

Interessado: DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL
Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e o estado de Roraima, visando a atualização e adequação final do ZEE do estado. Vol. I

OUTROS DADOS:

05/05/2011 10:17:58

M O V I M E N T A Ç Õ E S

S _E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	SEDR /DET		05/05/11	19			/ /
02	DZT/SEDR		10/07/12	20			/ /
03	ADOD/SEDR		19/07/12	21			/ /
04	CSAA/DM		20/07/12	22			/ /
05	SECTO/MMA		20/07/12	23			/ /
06	SEPO/SEDR		07/07/12	24			/ /
07	DET/SEDR		24/07/12	25			/ /
08	Apcoio/SEDR		21/09/12	26			/ /
09	CCAA		/ /	27			/ /
10	Analistas/CCAA		03/10/12	28			/ /
11	Analistas/CCAA		09/10/12	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

MMA/SAA**Ministério do Meio Ambiente**

Processo Nº 02000.000937/2011-71

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e o estado de Roraima, visando a atualização e adequação final do ZEE do estado.

NÚMERO

02 /2010/DZT/SEDR/MMA

GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTOS - GPD**ESPÉCIE:****PROCESSO****PROCEDÊNCIA:** Departamento de Zoneamento Territorial-DZT/SEDR**REGISTRO:****DATA:** 05/05/2011**INTERESSADO:** Departamento de Zoneamento Territorial**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e o estado de Roraima, visando a atualização e adequação final do ZEE do estado.**PROVIDENCIAR****REGISTRO E CADASTRAMENTO****AUTUAÇÃO****ANEXAÇÃO AO PROCESSO**

Nº _____

**APENSAÇÃO AO PROCESSO**

Nº _____

DESAPENSAÇÃO DO PROCESSO

Nº _____

**ARQUIVAMENTO****DESARQUIVAMENTO****ABERTURA- VOLUME DE PROCESSO**

Nº _____

Carimbo/Assinatura

Solicitante

Carlos Reboças
Matr. 1439310
DZT/SEDR/MMA

RECEBI EM ____ / ____ / ____ HORA ____ RUBRICA ____

OBS: Encaminhar à SEDR/DZT



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



SEPLAN/GAB/OFÍCIO N.º 140/11

Boa Vista-RR, 09 de maio de 2011.

À Sua Senhoria
LEILA SWERTS

Diretora do Departamento de Zoneamento Territorial

Senhora Diretora,

Ao tempo que lhe cumprimentamos, encaminhamos-lhe, em anexo, o instrumento referente ao Acordo de Cooperação Técnica, devidamente assinado.

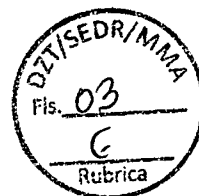
Visamos, com isso, dar prosseguimento ao Processo número 02000.000937/2011-71, que tem como objetivo a realização de "Acordo de Cooperação Técnica" entre esse Ministério e o Governo do Estado de Roraima, que tem como escopo reunir esforços no sentido de Atualizar e Adequar a versão final do Zoneamento Ecológico – Econômico do estado de Roraima.

Ficamos, então, no aguardo de suas providências, buscando formalizar o Acordo no mais breve tempo possível diante da urgência que o caso requer.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor para qualquer esclarecimento adicional que seja julgado necessário.

Atenciosamente,

HAROLDO EURICO AMÓRAS DOS SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento/SEPLAN



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

SEPLAN/GAB/OFÍCIO N.º 140/11

Boa Vista-RR, 09 de maio de 2011.

À Sua Senhoria
LEILA SWERTS
Diretora do Departamento de Zoneamento Territorial

Senhora Diretora,

Ao tempo que lhe cumprimentamos, encaminhamos-lhe, em anexo, o instrumento referente ao Acordo de Cooperação Técnica, devidamente assinado.

Visamos, com isso, dar prosseguimento ao Processo número 02000.000937/2011-71, que tem como objetivo a realização de "Acordo de Cooperação Técnica" entre esse Ministério e o Governo do Estado de Roraima, que tem como escopo reunir esforços no sentido de Atualizar e Adequar a versão final do Zoneamento Ecológico – Econômico do estado de Roraima.

Ficamos, então, no aguardo de suas providências, buscando formalizar o Acordo no mais breve tempo possível diante da urgência que o caso requer.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor para qualquer esclarecimento adicional que seja julgado necessário.

Atenciosamente,

HAROLDO EURICO AMÓRAS DOS SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento/SEPLAN

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

DECRETO Nº 489-P DE 30 DE JUNHO DE 2006

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

RESOLVEArt. 1º Exonerar **WALDEMAR MUTRAN PARACAT**, do Cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de junho de 2006.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 490-P DE 30 DE JUNHO DE 2006

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

RESOLVEArt. 1º Nomear **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, para exercer o Cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de junho de 2006.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

Casa Militar

PORTARIA Nº 046/CM/2006

O SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEArt. 1º Autorizar o afastamento do servidor **CARLOS AUGUSTO COELHO FURTADO**, Comandante de Aeronave, para viajar com destino a cidade de Belo Horizonte - MG, com a finalidade de receber e transladar para Boa Vista - RR, a aeronave de matrícula PP-EOP (KING-AIR), pertencente a este governo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao período de 05 a 15/06/2006.

Boa Vista-RR, 02 de junho de 2006

EDISON PROLA - Cel QOPM

Secretário Chefe da Casa Militar

DESPACHO

Processo:03157/06-70

Secretaria: Casa Militar

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação em favor da firma: **VANDERLEI ALTAIR FRIEDRICH** no valor estimado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) referente às despesas com contratação de profissional técnico especializado para o exercício de supervisão de aeronaves do Governo do Estado, conforme consta no processo em epigrafe com fundamento no Art. 25 inciso II § 1º c/c Art. 13 inciso IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

endo assim, em atendimento ao que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto à elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe da Casa Militar.

Boa Vista-RR, 06 de julho de 2006.

EDISON PROLA - Cel QOPM

Secretário Chefe da Casa Militar

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, em sua redação atual, referente a Inexigibilidade de Licitação, de que se trata o presente processo.

Determino que se publique no Diário Oficial do Estado, de conformidade com a exigência contida no mesmo Art. 26, da Lei supra mencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 06 de julho de 2006

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EXTRATO DA PORTARIA Nº 049/2006-UGAM/ASCOM

O ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - ANULAR os efeitos da PORTARIA Nº 016/2006-UGAM/ASCOM, que autoriza concessão de suprimentos de fundos no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), ao servidor Jeyson Farias de Lima, matrícula

siape: 1036189, Rua Jair da Silva Mota, 849 - Asa Branca, Boa Vista/RR, ag: 0250-X, C/C: 150440-1, CPF: 225.303.122-49, lotada no Gabinete do Governador, para fazer faces as despesas com material de consumo e outros serviços e encargos, constantes do Proc: 13003.01377/06-08.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Assessor de Imprensa, Boa Vista/RR, 07 de Julho de 2006.

RUI DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Assessor de Imprensa e Comunicação
do Governo do Estado de Roraima

(1º) TERMO ADITIVO**PROC/Nº 11287/05-04, de 20/02/2005****OBJETO:** Prorrogação de vigência com alteração da Cláusula Sexta.**VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses de 19.06.2006 a 19.10.2006

Ficam ratificados as demais cláusulas e condições do Contrato.

CONTRATANTES: OTTOMAR DE SOUSA PINTO (GOVERNADOR) e RUI OLIVEIRA FIGUEIREDO (ASSESSOR)**CONTRATADA:** EDITORA BOA VISTA LTDA**CNPJ/MF Nº:** 04653101/0001-12

BOA VISTA-RR, 07 de julho de 2006

JOSÉ MAGALHÃES DUARTE - ASCOM/UGAM**(1º) TERMO ADITIVO****PROC/Nº 11287/05-04, de 20/02/2005****OBJETO:** Prorrogação de vigência com alteração da Cláusula Sexta.**VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses de 19.06.2006 a 19.10.2006

Ficam ratificados as demais cláusulas e condições do Contrato.

CONTRATANTES: OTTOMAR DE SOUSA PINTO (GOVERNADOR) e RUI OLIVEIRA FIGUEIREDO (ASSESSOR)**CONTRATADA:** GRAPHCOLOR DESIGN LTDA**CNPJ/MF Nº:** 00508979/0001-03

BOA VISTA-RR, 07 de julho de 2006

JOSÉ MAGALHÃES DUARTE - ASCOM/UGAM

Procuradoria Geral do Estado

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2006/GAB/PROGE/RR

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO, no uso das atribuições legais

RESOLVEEm atendimento a Cláusula Décima Quarta - Item I do Contrato nº 006/2006, designar a servidora **ALMARINA MELO DA SILVA**, Chefe da Divisão de Administração - DIAD, da Coordenadoria de Planejamento e Finanças - COPLAF, para acompanhar o recebimento dos tapetes e persianas objeto do citado Contrato.

Boa Vista-RR, 26 de junho de 2006.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOÃO FÉLIX DE SANTANA NETO

Procurador-Geral Adjunto do Estado

Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração

PORTARIA/GAB/SEGAD Nº 479 DE 04 DE JULHO DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 056 P, de 17 de janeiro de 2005, com base no art. 34, inciso II, da Lei Complementar nº 053/01, e considerando o que consta no processo nº 13001.03138/06-86

RESOLVE:Art. 1º - Remover a servidora **MARIA DE FÁTIMA NUNES DA ROCHA**, do Quadro Efetivo de Pessoal do Governo do Estado, CPF nº 041.489.162/72, ocupante do cargo de Assistente Social, Classe I, Referência 11-E, Nível CNS, Grupo Ocupacional SBE, Matrícula 400009112, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, no setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) para a Representação do Governo do Estado de Roraima, na cidade de Manaus-AM.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação.

Boa Vista - RR, 04 de julho de 2006.

PORTARIA/GAB/SEGAD Nº 480 DE 04 DE JULHO DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:Art. 1º - Designar a servidora estadual **LYANE MOREIRA TEIXEIRA DE MORAES**, Matrícula nº 040002440, para responder pelo Cargo de Chefe da Seção de Mobilidade de Pessoal e Vacância, em substituição do titular **ANTONIO SILVA TRAJANO**, Matrícula SIAPF - 0707180, em razão de férias, no período de 10/07/06 a 08/08/06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

LUCIANO FERNANDES MOREIRA

Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
962266443

NOME
HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

DCC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
937289 SSP / PA

CPF
028.785.342-04

DATA NASCIMENTO
18/05/1949

FILIAÇÃO
MARCOS FARIAS DOS SANTOS
MARIA HELENA AMORAS DOS SANTOS

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
02968717465

VALIDADE
02/09/2013

1ª HABILITAÇÃO
13/09/1977

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

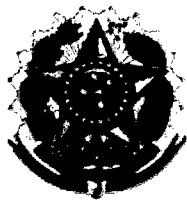
LOCAL
BOA VISTA - RORAIMA

DATA EMISSÃO
09/09/2008

Cícero Hélio Carneiro Batista
47561026455
RR203488520

DETRAN - RR (BOA VISTA)

PROIBIDO PLASTIFICAR
962266443



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**

Inscrição: **000370082682**

Zona: 1

Seção: 5

Município: 3018 - BOA VISTA

UF: RR

Data de Nascimento: 18/05/1949

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA HELENA AMORAS DOS SANTOS

MARCOS FARIAS DOS SANTOS

Certidão emitida às 17:39 de 09/05/2011

Res.-TSE nº 21.823/2004:


"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **UHOI.JRTV.VTUA.1W9A**

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.012.012/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/08/1991
NOME EMPRESARIAL GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GER			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 102-3 - ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL			
LOGRADOURO PC CENTRO CIVICO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO PALACIO DA FRONTEIR	
CEP 69.301-380	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BOA VISTA	UF RR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **10/05/2011** às **10:15:48** (data e hora de Brasília).

Voltar

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO de RORAIMA

IMPRENSA
OFICIAL
1944

José de Anchieta Junior - Governador do Estado
Boa Vista-RR, (quarta-feira) 03 de junho de 2009
Roraima - ano XIX

1076

SUMÁRIO

	Página
Atos do Poder Executivo.....	01
Governadoria do Estado.....	01
Casa Civil.....	06
Força Militar.....	06
Procuradoria Geral do Estado.....	07
Secretaria Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento.....	07
Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração.....	08
Secretaria de Estado da Saúde.....	08
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos.....	08
Secretaria de Estado da Fazenda.....	13
Secretaria de Estado da Segurança Pública.....	18
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.....	18
Secretaria de Estado Extraordinário para Assuntos Internacionais.....	19
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.....	19
Secretaria de Estado do Índio.....	20
Comissão Permanente de Licitação.....	20
Universidade Estadual de Roraima.....	21
Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima.....	21
Companhia de Desenvolvimento de Roraima.....	22
Companhia Energética de Roraima.....	22
Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.....	23
Tribunal de Contas do Estado de Roraima.....	24
Ministério Público de Roraima.....	24
Defensoria Pública do Estado de Roraima.....	24
Outras Publicações.....	24

Esta edição circula com 24 páginas

Atos do Poder Executivo

Governadoria do Estado

LEI Nº 717 DE 2 DE JUNHO DE 2009.

“Revoga, altera e acresce dispositivos à Lei nº 171, de 10 de junho de 1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos dos Idosos e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 171, de 10 de junho de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos dos Idosos de Roraima - CEDDIR, órgão deliberativo e consultivo integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES. (NR)

Art. 2º [...]

I - orientar, zelar e coordenar a aplicação da política estadual de atendimento e proteção aos direitos das pessoas idosas; (NR)

II - incentivar e apoiar a criação de Conselhos de Defesa dos Direitos dos Idosos nos Municípios do Estado; (NR)

III - REVOGADO;

IV - [...];

V - REVOGADO;

VI - [...];

VII - REVOGADO;

VIII - estabelecer critérios para repasse de recursos destinados à política de atendimento aos direitos dos idosos; (NR)

IX - acompanhar, com os órgãos responsáveis, as atividades de avaliação, fiscalização e aplicação de recursos repassados aos programas e projetos destinados às entidades atuantes no atendimento aos idosos; (NR)

X - [...];

XI - solicitar aos órgãos competentes o descredenciamento das organizações não-governamentais de apoio e atendimento aos idosos quando as mesmas não estiverem cumprindo as finalidades propostas e pelo uso indevido, comprovado, da aplicação dos recursos repassados; (NR)

XII - atuar na formulação da política de promoção e de defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção na vida sócio-econômica e político-cultural do Estado de Roraima, objetivando, ainda, a eliminação de preconceitos; (AC)

XIII - estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos estaduais destinados às políticas sociais básicas de atenção ao idoso; (AC)

XIV - emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à defesa dos direitos do idoso; (AC)

XV - prestar assessoria ao Poder Executivo, encaminhando pareceres, acompanhando a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito estadual, bem como, opinar sobre as questões referentes à pessoa idosa; (AC)

XVI - apoiar e estimular estudos, pesquisas, levantamentos e publicações que ampliem os conhecimentos biopsicossociais dos aspectos do envelhecimento, bem como, apoiar campanhas educativas junto aos meios de comunicação de massa que permitam a divulgação de informações sobre esses aspectos; (AC)

XVII - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as pessoas idosas; (AC)

XVIII - manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de pessoas idosas, garantindo suas atividades, sem interferir em seu conteúdo e orientação próprios; (AC)

XIX - receber, analisar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a pessoa idosa, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes; (AC)

XX - cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais do Estado de Roraima no sentido de tornar efetiva a aplicação dos direitos, princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 8.842, de 04 janeiro de 1994; (AC)

XXI - incentivar e apoiar as ações dos municípios, das universidades, das entidades civis e dos conselhos municipais para o desenvolvimento de programas de atendimento ao idoso; e (AC)

XXII - cadastrar os programas e as entidades não governamentais que desenvolvam atividades de atendimento ao idoso. (AC)

Art. 3º O CEDDIR é composto de 16 (dezesesseis) membros efetivos, mediante a participação paritária de representantes dos seguintes órgãos públicos estaduais e de representantes de organizações não-governamentais; (NR).

I a IV - [...];

V - 01 (um) Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima;

VI - [...];

VII - REVOGADO;

Cargo: CDI-III, Chefe de Cartório de Delegacia.
CPF: 665.196.402-04

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1221-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,
Art. 1º Exonerar os servidores a seguir relacionados dos cargos comissionados pertencentes à estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda:

I – ADONIAS CONCEIÇÃO ARAÚJO JUNIOR

CARGO: CDI-II – Chefe da Seção de Controle da Dívida Fundada Flutuante

II – DANUSA RAMOS PEREIRA DE PAULA

CARGO: FAI-II – Secretária de Divisão

Art. 2º Nomear os servidores a seguir relacionados para os cargos comissionados pertencentes à estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda:

I – DANUSA RAMOS PEREIRA DE PAULA

CPF: 015.448.217-00

CARGO: CDI-II – Chefe da Seção de Controle da Dívida Fundada Flutuante

II – FRANCISCA DE JESUS ARAÚJO

CPF: 257.897.833-68

CARGO: FAI-II – Secretária de Divisão

Art. 3º Este Decreto produz seus efeitos a contar de 22-5-2009
Palácio Senador Hélio Campos, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1222-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e nos termos do art. 31, inciso VI, da Lei Complementar nº 053, de 2001, em conformidade com o Processo nº 019001-001549/09-20, resolve:

Art. 1º DECLARAR VAGO, a partir de 20-1-09, o cargo de Escrivão de Polícia Civil, ocupado pela servidora SHIRLEY KELLY CLÁUDIO DA SILVA, CPF nº 618.376.012-91, matrícula nº 042000636, nomeada pelo Decreto Nº 74-P, de 15 de julho de 2004, lotada na Secretaria de Estado da Segurança Pública, por tomar posse em outro cargo inacumulável.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Senador Hélio Campos, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1223-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora abaixo relacionado do cargo comissionado, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, a contar de 13-4-2009.

I – ALESSANDRA CASTRO CIDADE

Cargo CDI – I, Assessor Técnico

CPF: 651.000.932-34

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados para os cargos comissionados, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento.

I – ADONIAS CONCEIÇÃO ARAÚJO JUNIOR

Cargo CDS – I, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável/DA, CPF: 112.543.432-53, a contar de 22-5-2009

II – WANESSA ZORZETTI JACOMINI CARDOSO

Cargo CDI – II, Assessor Técnico

CPF: 869.038.701-30, a contar de 2-5-2009.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1224-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Nomear DANIEL GIANLUPPI para exercer o cargo de Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – IDEFER.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto, serão custeadas pelo orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, nos termos dos art. 17 e 19 da Lei nº 706 de 30 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1225-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Nomear GENÉSIO SOARES DE SOUZA, CPF: 020.741.682-68, para o Cargo de Direção Superior - CDS-I, Chefe Divisão de Abastecimento/DTA, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1226-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso III, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Nomear NADIEJDA LEVY FIGUEIREDO FERREIRA, CPF: 855.937.704-25, para o Cargo de Direção Superior – CDS-I, Chefe Divisão de Contabilidade Geral/Dep. de Contabilidade, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto produz seus efeitos a contar de 15-5-2009.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1227-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e de conformidade com o Processo nº 017001-004423/09-36, resolve,

Art. 1º - Exonerar a pedido, JAEL QUEIROZ RIBEIRO, CPF nº 614.760.802-91, do cargo de Merendeiro, matrícula nº 040001209, nomeado pelo Decreto nº 29-P, de 02 de abril de 2004, lotado na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, a partir de 14/04/09.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1228-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e de conformidade com o Processo nº 017001-004426/09-24, resolve,

Art. 1º - Exonerar a pedido, MACELI DE SOUZA CARVALHO, CPF nº 743.680.442-15, do cargo de Merendeiro, matrícula nº 040001883, nomeada pelo Decreto nº 29-P, de 02 de abril de 2004, lotada na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, a partir de 07/04/09.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1229-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

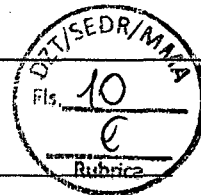
O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e de conformidade com o Processo nº 017001-003002/09-42, resolve,

Art. 1º - Exonerar a pedido, MARIO BENTES CAVALCANTE, CPF nº 402.658.622-72, do cargo de Professor, matrícula nº 43005412, nomeado pelo Decreto nº 002-P, de 07 de janeiro de 2008, lotado na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, a partir de 13/03/09.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA****NÚMERO DE INSCRIÇÃO**
10.979.689/0001-00
AA ATRIZ**CÔMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL****DATA DE ABERTURA**
30/03/2009**NOME EMPRESARIAL**
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA - IDEFER**TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**
IDEFER**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**
84.11-6-00 - Administração pública em geral**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**
Não informada**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA**
111-2 - AUTARQUIA ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL**LOGRADOURO**
R DOMINGOS BRAGA**NÚMERO**
44**COMPLEMENTO**
CASA**CEP**
69.305-220**BAIRRO/DISTRITO**
SÃO FRANCISCO**MUNICÍPIO**
BOA VISTA**UF**
RR**SITUAÇÃO CADASTRAL**
ATIVA**DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**
30/03/2009**TIPO DE SITUAÇÃO CADASTRAL****SITUAÇÃO ESPECIAL**
***********DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **01/04/2011** às **11:57:06** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL

NOME: DANIEL GIANLUPPI

FILIAÇÃO: ATÍLIO GIANLUPPI
CAROLINA LORENZONI GIANLUPPI

NACIONALIDADE: CRUZ ALTA RS

DATA DE NASCIMENTO: 22/07/48

PORTO ALEGRE RS

22/01/76

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CEDELA DE IDENTIDADE

Foto: 

Assinatura: 


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL


Assinatura do Contribuinte: 

CIC

NASCIMENTO: 22-07-48

INSCRIÇÃO NO CPF: 108 022 660 - 53

CONTRIBUINTE: DANIEL GIANLUPPI

Assinatura: 

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: DANIEL GIANLUPPI

DATA DE NASCIMENTO: 22/07/48


INSCRIÇÃO: 18426 82

ZONA: 001

SEÇÃO: 0048

MUNICÍPIO / UF: BOA VISTA / RS

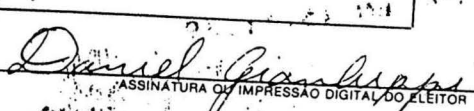
DATA DE EMISSÃO: 18/09/86

PRESIDENTE DO TRE: 

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POSSUIR DIREITO

Assinatura ou Impressão Digital do Eleitor: 

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O
ESTADO DE RORAIMA POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E O
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA
VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS
PARA A ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO FINAL
DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

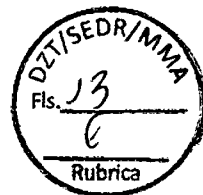
A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Federal nos termos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto n. 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília – DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF n. 37.115.375/0002-98, por meio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **ROBERTO RICARDO VIZENTIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SMLN km 03 Trecho 01 Lote 68 casa 02, Brasília – DF, portador da Carteira de Identidade n. 360.895 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n. 125.956.744-06, nomeado Secretário pela Portaria n. 709, publicada em 14 de março de 2011, da Casa Civil da Presidência da República e o **ESTADO DE RORAIMA**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual, CNPJ n. 84.012.012/0001-26, com sede à rua Cel. Pinto, n. 167, bairro Centro, Boa Vista – RR, que coordena o Comitê Gestor Estadual de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial, neste ato representada por seu Secretário, **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Arthur Virgílio, n. 548, bairro Aparecida, Boa Vista – RR, CEP n. 69.300-000, portador da Carteira de Identidade n. 937.289 SSP/PA e inscrito no CPF/MF n. 028.785.342-02 e do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA – IDEFER**, órgão da Administração Indireta Estadual responsável pela atualização e adequação final do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, neste ato representado por seu Diretor Presidente **DANIEL GIANLUPPI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.

Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Valério Magalhães, n. 780, bairro São Francisco, Boa Vista – RR, CEP n. 69.305-150, portador da Carteira de Identidade n. 5004918743 SSP/RS, inscrito no CPF/MF n. 108.022.660-53, constituindo, ambos os órgãos, a doravante denominada **PARCERIA ESTADUAL**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e o Decreto n. 93.872 de 23 de dezembro de 1986, e, no que couberem os termos do processo administrativo n.º 02000.000937/2011-71, submetendo-se às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

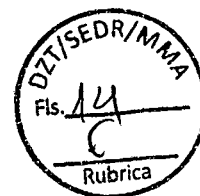
O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IDEFER, visando o apoio aos trabalhos de atualização e adequação final do ZEE do Estado de Roraima na escala 1:250.000, em articulação com o MACROZEE da Amazônia Legal e do MACROZEE do Território Nacional, bem como demais ações e atividades necessárias a finalização do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE nas devidas instâncias federais e estaduais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

- a) obedecer e fazer obedecer os requisitos técnicos e institucionais do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, conforme Decretos n. 4.297, de 10 de julho de 2002 e 6.288, de 06 de dezembro de 2007;
- b) coordenar tecnicamente o Consórcio ZEE Brasil, mediando as instituições envolvidas no processo de trabalho previsto no projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;
- c) discutir com os partícipes o Plano de Trabalho em anexo;
- d) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em anexo em conjunto com o Grupo de Trabalho do Governo do Estado de Roraima, os produtos parciais e finais previstos;

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

e) articular e colocar à disposição do Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, as informações e ações referentes a planos, programas e projetos de sua responsabilidade convergentes com os objetivos e orientações do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;

f) criar um Grupo de Coordenação específico junto à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para juntamente com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN/RR e o Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, fazer o acompanhamento técnico do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;

g) analisar e submeter aos partícipes o Plano de Trabalho (em anexo), referentes às ações e atividades que visem o desenvolvimento sustentável no Estado de Roraima;

h) apoiar, a partir de levantamento do uso tradicional da biodiversidade no Estado, o desenvolvimento de cadeias produtivas que viabilizem seu aproveitamento sustentável e promovam alternativas de geração de renda para as comunidades locais;

i) viabilizar meios para implementação das ações previstas no objeto deste Acordo de Cooperação Técnica; e

j) realizar capacitação para o mapeamento social das comunidades tradicionais do Estado.

II – Compete ao Estado de Roraima, por meio da Parceria Estadual:

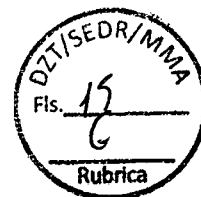
a) designar um Grupo de Trabalho Interno para a coordenação do ZEE-RR para juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, acompanhar a execução das atividades decorrentes deste acordo;

b) discutir e aprovar, por meio do Grupo de Trabalho Interno e, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Trabalho (em anexo) relativo às atividades e produtos do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico;

c) avaliar e aprovar, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, os produtos intermediários e finais previstos no Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, acompanhando os prazos determinados no cronograma; e

d) viabilizar recursos para implementação das ações previstas no objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCIAMENTO E HUMANOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento, serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

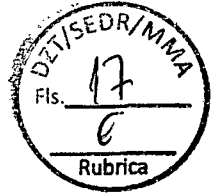
O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2011.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento

Rural Sustentável - SEDR


HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e

Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN


DANIEL GIANLUPPI

Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento

Florestal do Estado de Roraima – IDEFER

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

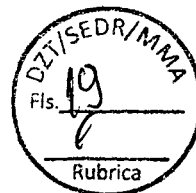
CPF n.: CPF n.:

CI n.: CI n.:

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE DE PROPONENTE: Governo do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26	
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n. 167, bairro Centro			
CIDADE: Boa Vista	UF: RR	CEP.: 70.068-900	
NOME DO RESPONSÁVEL: Haroldo Eurico Amoras dos Santos		CPF/MF: 028.785.342-02	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 937.289 SSP/PA			
ENDEREÇO: Rua Arthur Virgílio, n. 548, bairro Aparecida			

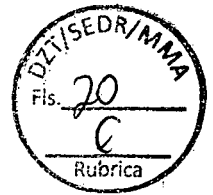
2. OUTRO PARTICIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE DE PROPONENTE: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98	
ENDEREÇO:			

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Esplanada dos Ministérios – Bloco B		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP.: 70.068-900
NOME DO RESPONSÁVEL: Roberto Ricardo Vizentin		CPF/MJ: 125.956.744-06
CARTEIRA DE IDENT.: 360.895	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MT	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Período de Execução:
Atualização e adequação final do ZEE do Estado de Roraima na escala 1:250.000, em articulação com o MACROZEE da Amazônia Legal e do MACROZEE do Território Nacional	Maio de 2011 à Maio de 2012
Identificação do Objeto:	
O êxito na implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, no Estado de Roraima, está diretamente vinculado a um bom inventário dos recursos naturais e o estabelecimento de suas vulnerabilidades e potencialidades, caracterização sócio-econômica e determinação de seu respectivo potencial e, finalmente, uma boa proposta de gestão territorial consensuada com os seguimentos sociais e produtivos do Estado.	
O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE proposto servirá como instrumento estratégico hábil, de cunho técnico-político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e particularmente, como instrumento ao	

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



combate de problemas de ocupação territorial "desordenada" na região; combate ao uso não sustentável dos recursos naturais; combate as invasões de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, além de outros problemas. Servirá, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável no Estado de Roraima.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Estado de Roraima, antes sua implantação, precisa ser revisado, complementado e atualizado conforme estabelecido nas metas enumeradas no cronograma de execução. O cumprimento das metas deverá ser apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelos profissionais especializados do Consórcio ZEE Brasil.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

METAS	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unid.	Quant.	Início	Término
1		Base cartográfica homologada pelo IBGE	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
2		Lançamento de mapas temáticos de geologia, geomorfologia, pedologia, clima e cobertura e uso, sobre a base cartográfica	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
3		Correção das distorções e imperfeições dos relatórios e mapas temáticos	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
4		Elaboração de novo mapa de	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

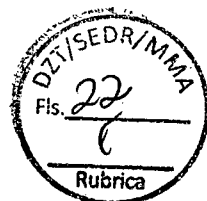
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.

Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

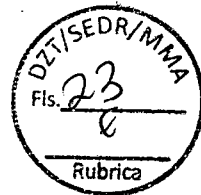


		vulnerabilidade natural e Aptidão Agrícola				
5		Revisão dos Estudos: Sócio-econômico, antropológico e arqueológico	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
6		Elaboração do mapa e relatório do potencial sócio-econômico	-	-	Maio/junho 2011	Junho 2011
7		Elaboração do mapa e relatório de gestão territorial	-	-	Junho 2011	Junho 2011
8		Revisão da Lei Estadual e arcabouço legal	-	-	Junho 2011	Junho 2011
9		Realização de Consultas Públicas	-	-	Junho 2011	Agosto 2011
10		Ajustes finais e impressão	-	-	Junho 2011	Agosto 2011
11		Encaminhamento ao MMA e CCZEE nacional	-	-	Setembro 2011	Setembro 2011
12		Encaminhamento ao CONAMA para aprovação da flexibilização da Reserva Legal	-	-	Outubro 2011	Novembro 2011
13		Decreto Presidencial homologando a decisão do CONAMA	-	-	Dezembro 2011	Dezembro 2011

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Obs.: O Acordo de Cooperação Técnica proposto não prevê o desembolso de recursos financeiros pelas instituições envolvidas.

E para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2011.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

HAROLDO EURICO AMORAS
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento
Florestal do Estado de Roraima – IDEFER

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF n.: CPF n.:

Cl n.: Cl n.:

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O
ESTADO DE RORAIMA POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E O
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA
VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS
PARA A ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO FINAL
DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Federal nos termos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto n. 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília – DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF n. 37.115.375/0002-98, por meio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **ROBERTO RICARDO VIZENTIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SMLN km 03 Trecho 01 Lote 68 casa 02, Brasília – DF, portador da Carteira de Identidade n. 360.895 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n. 125.956.744-06, nomeado Secretário pela Portaria n. 709, publicada em 14 de março de 2011, da Casa Civil da Presidência da República e o **ESTADO DE RORAIMA**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual, CNPJ n. 84.012.012/0001-26, com sede à rua Cel. Pinto, n. 167, bairro Centro, Boa Vista – RR, que coordena o Comitê Gestor Estadual de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial, neste ato representada por seu Secretário, **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Arthur Virgílio, n. 548, bairro Aparecida, Boa Vista – RR, CEP n. 69.300-000, portador da Carteira de Identidade n. 937.289 SSP/PA e inscrito no CPF/MF n. 028.785.342-02 e do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA – IDEFER**, órgão da Administração Indireta Estadual responsável pela atualização e adequação final do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, neste ato representado por seu Diretor Presidente **DANIEL GIANLUPPI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.

Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Valério Magalhães, n. 780, bairro São Francisco, Boa Vista – RR, CEP n. 69.305-150, portador da Carteira de Identidade n. 5004918743 SSP/RS, inscrito no CPF/MF n. 108.022.660-53, constituindo, ambos os órgãos, a doravante denominada **PARCERIA ESTADUAL**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e o Decreto n. 93.872 de 23 de dezembro de 1986, e, no que couberem os termos do processo administrativo n.º 02000.000937/2011-71, submetendo-se às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

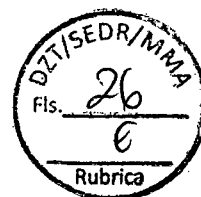
O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IDEFER, visando o apoio aos trabalhos de atualização e adequação final do ZEE do Estado de Roraima na escala 1:250.000, em articulação com o MACROZEE da Amazônia Legal e do MACROZEE do Território Nacional, bem como demais ações e atividades necessárias a finalização do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE nas devidas instâncias federais e estaduais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

- a) obedecer e fazer obedecer os requisitos técnicos e institucionais do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, conforme Decretos n. 4.297, de 10 de julho de 2002 e 6.288, de 06 de dezembro de 2007;
- b) coordenar tecnicamente o Consórcio ZEE Brasil, mediando as instituições envolvidas no processo de trabalho previsto no projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;
- c) discutir com os partícipes o Plano de Trabalho em anexo;
- d) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em anexo em conjunto com o Grupo de Trabalho do Governo do Estado de Roraima, os produtos parciais e finais previstos;

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

e) articular e colocar à disposição do Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, as informações e ações referentes a planos, programas e projetos de sua responsabilidade convergentes com os objetivos e orientações do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;

f) criar um Grupo de Coordenação específico junto à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para juntamente com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN/RR e o Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, fazer o acompanhamento técnico do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;

g) analisar e submeter aos partícipes o Plano de Trabalho (em anexo), referentes às ações e atividades que visem o desenvolvimento sustentável no Estado de Roraima;

h) apoiar, a partir de levantamento do uso tradicional da biodiversidade no Estado, o desenvolvimento de cadeias produtivas que viabilizem seu aproveitamento sustentável e promovam alternativas de geração de renda para as comunidades locais;

i) viabilizar meios para implementação das ações previstas no objeto deste Acordo de Cooperação Técnica; e

j) realizar capacitação para o mapeamento social das comunidades tradicionais do Estado.

II – Compete ao Estado de Roraima, por meio da Parceria Estadual:

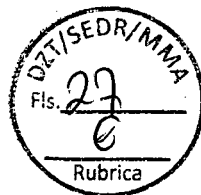
a) designar um Grupo de Trabalho Interno para a coordenação do ZEE-RR para juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, acompanhar a execução das atividades decorrentes deste acordo;

b) discutir e aprovar, por meio do Grupo de Trabalho Interno e, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Trabalho (em anexo) relativo às atividades e produtos do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico;

c) avaliar e aprovar, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, os produtos intermediários e finais previstos no Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, acompanhando os prazos determinados no cronograma; e

d) viabilizar recursos para implementação das ações previstas no objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCIAMENTO E HUMANOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento, serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

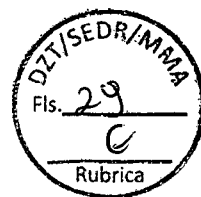
O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2011.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento

Rural Sustentável - SEDR

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e

Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI

Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento

Florestal do Estado de Roraima – IDEFER

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

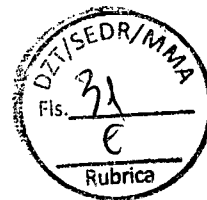
CPF n.: CPF n.:

CI n.: CI n.:

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE DE PROPONENTE: Governo do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26	
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n. 167, bairro Centro			
CIDADE: Boa Vista	UF: RR	CEP.: 70.068-900	
NOME DO RESPONSÁVEL: Haroldo Eurico Amoras dos Santos		CPF/MF: 028.785.342-02	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 937.289 SSP/PA			
ENDEREÇO: Rua Arthur Virgílio, n. 548, bairro Aparecida			

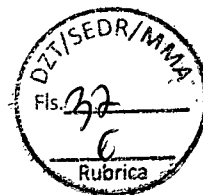
2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE DE PROPONENTE: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98	
ENDEREÇO:			

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Esplanada dos Ministérios – Bloco B		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP.: 70.068-900
NOME DO RESPONSÁVEL: Roberto Ricardo Vizentin		CPF/MJ: 125.956.744-06
CARTEIRA DE IDENT.: 360.895	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MT	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

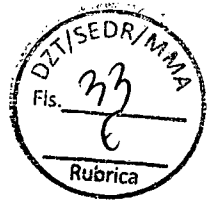
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Atualização e adequação final do ZEE do Estado de Roraima na escala 1:250.000, em articulação com o MACROZEE da Amazônia Legal e do MACROZEE do Território Nacional	Período de Execução: Maio de 2011 à Maio de 2012
Identificação do Objeto: O êxito na implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, no Estado de Roraima, está diretamente vinculado a um bom inventário dos recursos naturais e o estabelecimento de suas vulnerabilidades e potencialidades, caracterização sócio-econômica e determinação de seu respectivo potencial e, finalmente, uma boa proposta de gestão territorial consensuada com os seguimentos sociais e produtivos do Estado. O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE proposto servirá como instrumento estratégico hábil, de cunho técnico-político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e particularmente, como instrumento ao	

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



combate de problemas de ocupação territorial "desordenada" na região; combate ao uso não sustentável dos recursos naturais; combate as invasões de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, além de outros problemas. Servirá, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável no Estado de Roraima.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Estado de Roraima, antes sua implantação, precisa ser revisado, complementado e atualizado conforme estabelecido nas metas enumeradas no cronograma de execução. O cumprimento das metas deverá ser apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelos profissionais especializados do Consórcio ZEE Brasil.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

METAS	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unid.	Quant.	Início	Término
1		Base cartográfica homologada pelo IBGE	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
2		Lançamento de mapas temáticos de geologia, geomorfologia, pedologia, clima e cobertura e uso, sobre a base cartográfica	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
3		Correção das distorções e imperfeições dos relatórios e mapas temáticos	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
4		Elaboração de novo mapa de	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.

Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



		vulnerabilidade natural e Aptidão Agrícola				
5		Revisão dos Estudos: Sócio-econômico, antropológico e arqueológico	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
6		Elaboração do mapa e relatório do potencial sócio-econômico	-	-	Maio/junho 2011	Junho 2011
7		Elaboração do mapa e relatório de gestão territorial	-	-	Junho 2011	Junho 2011
8		Revisão da Lei Estadual e arcabouço legal	-	-	Junho 2011	Junho 2011
9		Realização de Consultas Públicas	-	-	Junho 2011	Agosto 2011
10		Ajustes finais e impressão	-	-	Junho 2011	Agosto 2011
11		Encaminhamento ao MMA e CCZEE nacional	-	-	Setembro 2011	Setembro 2011
12		Encaminhamento ao CONAMA para aprovação da flexibilização da Reserva Legal	-	-	Outubro 2011	Novembro 2011
13		Decreto Presidencial homologando a decisão do CONAMA	-	-	Dezembro 2011	Dezembro 2011

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Obs.: O Acordo de Cooperação Técnica proposto não prevê o desembolso de recursos financeiros pelas instituições envolvidas.

E para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2011..

ROBERTO RICARDO VIZENTIN
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

HAROLDO EURICO AMORAS
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento
Florestal do Estado de Roraima – IDEFER

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF n.: _____

CI n.: _____

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O
ESTADO DE RORAIMA POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E O
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA
VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS
PARA A ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO FINAL
DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Federal nos termos da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto n. 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília – DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF n. 37.115.375/0002-98, por meio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **ROBERTO RICARDO VIZENTIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SMLN km 03 Trecho 01 Lote 68 casa 02, Brasília – DF, portador da Carteira de Identidade n. 360.895 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n. 125.956.744-06, nomeado Secretário pela Portaria n. 709, publicada em 14 de março de 2011, da Casa Civil da Presidência da República e o **ESTADO DE RORAIMA**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual, CNPJ n. 84.012.012/0001-26, com sede à rua Cel. Pinto, n. 167, bairro Centro, Boa Vista – RR, que coordena o Comitê Gestor Estadual de Geotecnologia, Cartografia, Planejamento e Ordenamento Territorial, neste ato representada por seu Secretário, **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Arthur Virgílio, n. 548, bairro Aparecida, Boa Vista – RR, CEP n. 69.300-000, portador da Carteira de Identidade n. 937.289 SSP/PA e inscrito no CPF/MF n. 028.785.342-02 e do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DE RORAIMA – IDEFER**, órgão da Administração Indireta Estadual responsável pela atualização e adequação final do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, neste ato representado por seu Diretor Presidente **DANIEL GIANLUPPI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.

Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Valério Magalhães, n. 780, bairro São Francisco, Boa Vista – RR, CEP n. 69.305-150, portador da Carteira de Identidade n. 5004918743 SSP/RS, inscrito no CPF/MF n. 108.022.660-53, constituindo, ambos os órgãos, a doravante denominada **PARCERIA ESTADUAL**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e o Decreto n. 93.872 de 23 de dezembro de 1986, e, no que couberem os termos do processo administrativo n.º 02000.000937/2011-71, submetendo-se às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IDEFER, visando o apoio aos trabalhos de atualização e adequação final do ZEE do Estado de Roraima na escala 1:250.000, em articulação com o MACROZEE da Amazônia Legal e do MACROZEE do Território Nacional, bem como demais ações e atividades necessárias a finalização do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE nas devidas instâncias federais e estaduais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

- a) obedecer e fazer obedecer os requisitos técnicos e institucionais do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, conforme Decretos n. 4.297, de 10 de julho de 2002 e 6.288, de 06 de dezembro de 2007;
- b) coordenar tecnicamente o Consórcio ZEE Brasil, mediando as instituições envolvidas no processo de trabalho previsto no projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;
- c) discutir com os partícipes o Plano de Trabalho em anexo;
- d) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em anexo em conjunto com o Grupo de Trabalho do Governo do Estado de Roraima, os produtos parciais e finais previstos;

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

- e) articular e colocar à disposição do Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, as informações e ações referentes a planos, programas e projetos de sua responsabilidade convergentes com os objetivos e orientações do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;
- f) criar um Grupo de Coordenação específico junto à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para juntamente com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN/RR e o Instituto de Desenvolvimento Florestal de Roraima – IDEFER, fazer o acompanhamento técnico do projeto Zoneamento Ecológico-Econômico;
- g) analisar e submeter aos partícipes o Plano de Trabalho (em anexo), referentes às ações e atividades que visem o desenvolvimento sustentável no Estado de Roraima;
- h) apoiar, a partir de levantamento do uso tradicional da biodiversidade no Estado, o desenvolvimento de cadeias produtivas que viabilizem seu aproveitamento sustentável e promovam alternativas de geração de renda para as comunidades locais;
- i) viabilizar meios para implementação das ações previstas no objeto deste Acordo de Cooperação Técnica; e
- j) realizar capacitação para o mapeamento social das comunidades tradicionais do Estado.

II – Compete ao Estado de Roraima, por meio da Parceria Estadual:

- a) designar um Grupo de Trabalho Interno para a coordenação do ZEE-RR para juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, acompanhar a execução das atividades decorrentes deste acordo;
- b) discutir e aprovar, por meio do Grupo de Trabalho Interno e, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Plano de Trabalho (em anexo) relativo às atividades e produtos do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico;
- c) avaliar e aprovar, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, os produtos intermediários e finais previstos no Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, acompanhando os prazos determinados no cronograma; e
- d) viabilizar recursos para implementação das ações previstas no objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCIAMENTO E HUMANOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento, serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

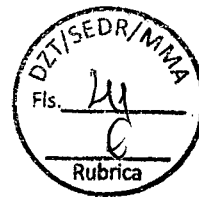
O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

Nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2011.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento

Rural Sustentável - SEDR

HAROLDÔ EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e

Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI

Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento

Florestal do Estado de Roraima – IDEFER

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF n.: CPF n.:

CI n.: CI n.:

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE DE PROPONENTE: Governo do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26	
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n. 167, bairro Centro			
CIDADE: Boa Vista	UF: RR	CEP.: 70.068-900	
NOME DO RESPONSÁVEL: Haroldo Eurico Amoras dos Santos		CPF/MF: 028.785.342-02	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 937.289 SSP/PA			
ENDEREÇO: Rua Arthur Virgílio, n. 548, bairro Aparecida			

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE DE PROPONENTE: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98	
ENDEREÇO:			

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Esplanada dos Ministérios – Bloco B		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP.: 70.068-900
NOME DO RESPONSÁVEL: Roberto Ricardo Vizentin		CPF/MJ: 125.956.744-06
CARTEIRA DE IDENT.: 360.895	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MT	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Atualização e adequação final do ZEE do Estado de Roraima na escala 1:250.000, em articulação com o MACROZEE da Amazônia Legal e do MACROZEE do Território Nacional	Período de Execução: Maio de 2011 à Maio de 2012
Identificação do Objeto: O êxito na implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, no Estado de Roraima, está diretamente vinculado a um bom inventário dos recursos naturais e o estabelecimento de suas vulnerabilidades e potencialidades, caracterização sócio-econômica e determinação de seu respectivo potencial e, finalmente, uma boa proposta de gestão territorial consensuada com os seguimentos sociais e produtivos do Estado.	
O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE proposto servirá como instrumento estratégico hábil, de cunho técnico-político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e particularmente, como instrumento ao	

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



combate de problemas de ocupação territorial "desordenada" na região; combate ao uso não sustentável dos recursos naturais; combate as invasões de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, além de outros problemas. Servirá, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável no Estado de Roraima.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Estado de Roraima, antes sua implantação, precisa ser revisado, complementado e atualizado conforme estabelecido nas metas enumeradas no cronograma de execução. O cumprimento das metas deverá ser apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelos profissionais especializados do Consórcio ZEE Brasil.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

METAS	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unid.	Quant.	Início	Término
1		Base cartográfica homologada pelo IBGE	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
2		Lançamento de mapas temáticos de geologia, geomorfologia, pedologia, clima e cobertura e uso, sobre a base cartográfica	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
3		Correção das distorções e imperfeições dos relatórios e mapas temáticos	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
4		Elaboração de novo mapa de	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.

Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909

CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



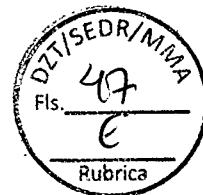
GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

		vulnerabilidade natural e Aptidão Agrícola				
5		Revisão dos Estudos: Sócio-econômico, antropológico e arqueológico	-	-	Maio/junho 2011	Maio/junho 2011
6		Elaboração do mapa e relatório do potencial sócio-econômico	-	-	Maio/junho 2011	Junho 2011
7		Elaboração do mapa e relatório de gestão territorial	-	-	Junho 2011	Junho 2011
8		Revisão da Lei Estadual e arcabouço legal	-	-	Junho 2011	Junho 2011
9		Realização de Consultas Públicas	-	-	Junho 2011	Agosto 2011
10		Ajustes finais e impressão	-	-	Junho 2011	Agosto 2011
11		Encaminhamento ao MMA e CCZEE nacional	-	-	Setembro 2011	Setembro 2011
12		Encaminhamento ao CONAMA para aprovação da flexibilização da Reserva Legal	-	-	Outubro 2011	Novembro 2011
13		Decreto Presidencial homologando a decisão do CONAMA	-	-	Dezembro 2011	Dezembro 2011

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Obs.: O Acordo de Cooperação Técnica proposto não prevê o desembolso de recursos financeiros pelas instituições envolvidas.

E para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2011.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR



HAROLDO EURICO AMORAS
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN



DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento
Florestal do Estado de Roraima – IDEFER

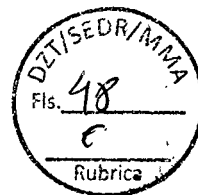
TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF n.: _____

Cl n.: _____

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Rua Coronel Pinto, nº 267 - Centro.
Telefone: (95) 2121 2525 / Fax: (95) 3623 1909
CEP.: 69.301-150 - Boa Vista - Roraima - Brasil



Ministério do Meio Ambiente
Departamento de Zoneamento Territorial
Protocolo Geral Nº 00000.018613/2012-00

Data do Protocolo: 13/06/2012 **Hora do Protocolo:** 09:32:11
Nº do Documento: 126 **Data do Documento:** 29/05/2012
Tipo do Documento: OFICIO
Procedência: [INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA]

Signatário/Cargo: DANIEL GIANLUPPI/PRESIDENTE

Resumo: Encaminhamento de duas vias do Termo de Cooperação Técnica referente a execução do ZEE do estado de Roraima; informando que o Acordo foi alterado somente quanto a nomeação do Secretário de planejamento, Haroldo Eurico Amoras dos Santos, onde constava Poraria Leia-se Decreto, continuando o Decreto nº 490-P, publicado no D.O.U do Estado em 07/07/2006.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Francinete Gomes de Lima] [EST2025]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Da Tramitação: 13/06/2012 **Hora da Tramitação:** 11:25:01
Destino: [Departamento de Zoneamento Territorial]
Despacho: Ao DZT.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Francinete Gomes de Lima] [EST2025]
Recebimento: Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º Ao ZEE para análise e encaminhamento. 13/06/2012 Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA	2º Ao Jacobson, Favor providenciar os trâmites necessários para a formalização do ACT. 15/06/12 Até, Bruno Azevedo Miguel Gerente do Programa ZEE Brasil SEDR/MMA
3º	4º
5º	6º



IACTI/GAB/OFÍCIO Nº

126/2012

Boa Vista-RR, 29 de Maio 2012

Ao Senhor

Paulo Guilherme Francisco Cabral

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR

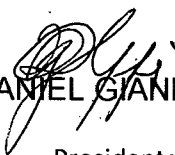
Ministério do Meio Ambiente

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica

Prezado Senhor,

Encaminhamos duas vias do Termo de Cooperação Técnica referente a execução do zoneamento ecológico-econômico do estado de Roraima com a documentação solicitada. Informamos que o Acordo foi alterado somente quanto a nomeação do Secretário de Planejamento, Haroldo Eurico Amoras dos Santos, onde constava Portaria Leia-se Decreto, continuando válido o Decreto nº 490-P publicado no Diário Oficial do Estado em 07 de julho de 2006, as demais cláusula estamos de pleno acordo.

Atenciosamente,


DANIEL GIANLUPPI
Presidente

Anexos:

-Parecer Jurídico

-Publicação dos decretos de nomeação do Secretário de Planejamento e do Presidente do IACTI

-Publicação da transformação do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima-IDEFER para instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima- IACT

-Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Recebido GAB/SEDR
Em 13 / 06 / 12
Às 09 / 22 /
suzanclayr

Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR
CNPJ: 10.979.689/0001-00
Rua Domingos Braga, 44 – São Francisco – CEP: 69.305-220 – Boa Vista – Roraima
Tel.: 95 3224-5447/Fax: 95 3224-7262

M ^o	1 ^o SEDR
N ^o 0000.0 18613/2012-00	
DATA	RUBRICA
13/06/12	Francinete Gomes de Lima Nº 1232857 SEDR/GABINETE

ao DZT,

em 13/06/12.



Larisa Gaivizzo
Chefe de Gabinete Secretária de
Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

EM BRANCO

A União representada pelo

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE RORAIMA



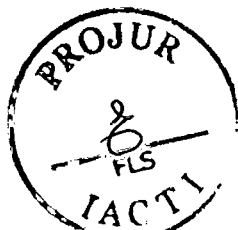
A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Direta Federal nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília-DF, e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, apto. 202, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.237-140, portador da Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e o **ESTADO DE RORAIMA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual com sede na rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista-RR, inscrita no CNPJ nº 84.012.012/0001-26, neste ato representada por seu Secretário, **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Arthur Virgílio, nº 548, bairro Aparecida, Boa Vista-RR, CEP: 69.300-000, portador da Carteira de Identidade nº 937.289 (SSP/PA), inscrito no CPF nº 028.785.342-02 e nomeado Secretário pela Decreto 490-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de julho de 2006, e do **INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA - IACTI**, órgão da Administração Indireta Estadual, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **DANIEL GIANLUPPI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Valério Magalhães, nº 780, bairro São Francisco, Boa Vista-RR, CEP: 69.305-150, portador da Carteira de Identidade nº 5004918743 (SSP/RS), inscrito no CPF nº 108.022.660-53 e nomeado Diretor Presidente pelo Decreto nº 1.224, de 02 de junho de 2009, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, submetendo-se às cláusulas a seguir estabelecidas:

*no qual
consta,
e*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES





I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado de Roraima, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

e) colocar à disposição do Estado de Roraima as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado de Roraima no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado de Roraima;

g) discutir com o Estado de Roraima o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado de Roraima; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

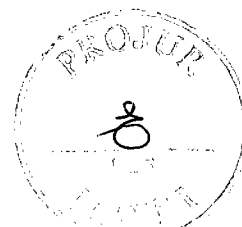
II – Compete ao Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado de Roraima para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

b) articular e instituir a Comissão Estadual do ZEE do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado de Roraima em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;



e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCIAMENTO E HUMANOS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes, ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange à interpretação e cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea “f” da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:





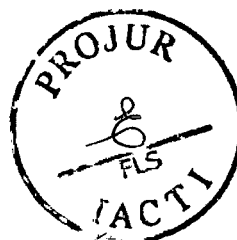
PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Governo do Estado de Roraima – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 84.012.012/ 0001-26
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n.º 167, Bairro Centro		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	CEP: 69.301-150
NOME DO RESPONSÁVEL: Haroldo Eurico Amoras dos Santos		CPF: 028.785.34 2-02
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 937.289 (SSP/PA)		
ENDEREÇO: Rua Arthur Virgílio, n.º548, Bairro Aparecida		

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/ 0002-98
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”		
CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-900
NOME DO RESPONSÁVEL: Paulo Guilherme Francisco Cabral		CPF: 313.278.261 -00
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 675.375	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável





3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal

Prazo para execução:

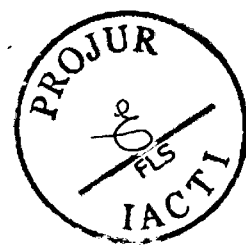
Junho de 2012 a junho de 2014.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsidio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado de Roraima realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil roraimense.

Nesse processo, antes de sua implantação, é preciso proceder à discussão, revisão e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado de Roraima, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho. O cumprimento das metas será apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.



4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)
		Unid.	
1	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos do meio físico-biótico do estado	relatórios e mapas aprovados	90
2	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do estado	relatórios e mapas aprovados	90
3	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios de potencialidade e fragilidade natural, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população	relatórios e mapas aprovados	90
4	Avaliação e aprovação do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	120
5	Realização de consultas públicas para discussão e validação do mapa de gestão e das diretrizes propostas	atas das consultas públicas elaboradas	150
6	Consolidação da proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	165
7	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	indicadores elaborados	180
8	Revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	marco legal revisado	190
9	Aprovação do novo marco legal pela Assembléia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	200
10	Realização dos ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	materiais gráficos publicados	240



11	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	-	300
12	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	ata da reunião da CCZEE elaborada	360
13	Encaminhamento e trâmite do ZEE no Conama, se necessário	atas das reuniões do Conama elaboradas	365
14	Publicação do decreto presidencial homologando recomendação do Conama de redução da reserva legal, para fins de recomposição	decreto publicado no Diário Oficial da União	-
15	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

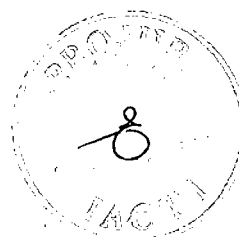
HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima

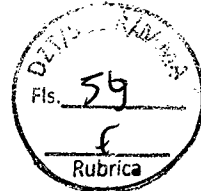
DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:





IACTI/PROJUR/Parecer

Ref. Processo 029/2012

Trata-se de pedido de parecer virtude de expediente enviado pela Divisão Administrativa, a acerca da higidez dos termos do acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o IACTI/RR.

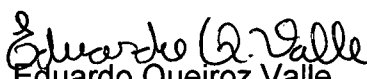
Vieram os autos para manifestação.

Os termos do acordo de cooperação técnica, que tem por objeto o apoio técnico para a execução do ZEE, encontra-se adequados, sem nenhum reparo a fazer

Diante do exposto, **OPINA**, esta procuradoria pela assinatura nos moldes em que se encontra.

É o parecer.

Boa Vista, 20 de abril de 2012


Eduardo Queiroz Valle
Procurador Jurídico



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO de RORAIMA

i IMPRENSA
1944 OFICIAL

José de Anchieta Junior - Governador do Estado
Boa Vista-RR, (quinta-feira) 07 de julho de 2011
Roraima - ano XXI

1580

SUMÁRIO

Página

Atos do Poder Executivo.....	01
Governadoria do Estado.....	01
Procuradoria Geral do Estado.....	16
Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração.....	18
Secretaria de Estado da Saúde.....	21
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos.....	21
Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social.....	27
Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.....	28
Secretaria de Estado da Fazenda.....	29
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	32
Policia Civil do Estado de Roraima.....	32
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.....	33
Secretaria de Estado de Articulação Municipal e Política Urbana.....	35
Secretaria de Estado da Infraestrutura.....	35
Representação do Governo de Roraima em Brasília.....	36
Comissão Permanente de Licitação.....	36
Universidade Estadual de Roraima.....	37
Universidade Virtual de Roraima.....	38
Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima.....	38
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima.....	39
Companhia de Desenvolvimento de Roraima.....	39
Companhia de Águas e Esgotos de Roraima.....	40
Companhia Energética de Roraima.....	40
Tribunal de Contas do Estado de Roraima.....	40
Ministério Público de Roraima.....	43
Defensoria Pública de Roraima.....	50
feituas.....	51
atras Publicações.....	52

Esta edição circula com 52 páginas

Atos do Poder Executivo

Governadoria do Estado

LEI Nº 810 DE 6 DE JULHO DE 2011.

“Dispõe sobre a reorganização dos Conselhos Escolares do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

Faço saber que a Assembléia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Deliberativo Escolar, criado através da Lei Estadual nº. 076, de 28 de julho de 1994, passa a denominar-se Conselho Escolar, sendo órgão de deliberação coletiva, de caráter consultivo, integrante da estrutura administrativa das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado, com atividades na esfera educacional e sem fins lucrativos.

Art. 2º As unidades escolares devem instituir, no prazo de 90 (noventa) dias, após o início do ano letivo, o Conselho Escolar, que se constitui como órgão máximo de representação e participação das comunidades escolares na gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei 9394/96.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, de que trata o caput deste artigo, o conjunto de alunos, pais ou seus responsáveis, membros do

corpo docente e demais profissionais do magistério e servidores públicos efetivos em exercício na unidade escolar.

§ 2º Além da Comunidade Escolar, poderá participar do Conselho

Escolar representante da comunidade externa organizada.

Art. 3º O Conselho Escolar tem as seguintes finalidades:

I – contribuir na condução do processo administrativo e pedagógico na solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;

II – conservar os equipamentos e o prédios escolar ;

III – acompanhar a aplicação dos recursos financeiros provenientes de órgãos públicos ou privados, subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade escolar, de acordo com as normas vigentes;

IV – zelar pela aplicação dos programas de ensino e pelo aprimoramento didático e da avaliação do rendimento escolar; e

V – propor e coordenar as discussões junto aos segmentos da Unidade Escolar, deliberando as questões pedagógicas e administrativas, observando a legislação vigente.

Art. 4º São atribuições do Conselho Escolar:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – analisar, modificar, deliberar e aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela gestão da escola, sobre a programação e aplicação de recursos financeiros;

III – deliberar sobre a aplicação de recursos financeiros do âmbito da unidade escolar no atendimento às solicitações da respectiva comunidade;

IV – garantir a participação efetiva e democrática da comunidade escolar na construção do projeto -administrativo- pedagógico da unidade escolar;

V – definir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar e local na avaliação, aprovação e implementação do projeto administrativo-pedagógico;

VI – coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;

VII – convocar assembleia geral da comunidade escolar ou de seus segmentos;

VIII – aprovar e reformular o calendário escolar, quando necessário, e fiscalizar seu cumprimento;

IX – aprovar anualmente o relatório das atividades desenvolvidas pela escola;

X – comunicar e solicitar providência da Direção da Escola ou da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, em relação às possíveis transgressões disciplinares ou má conduta cometidas por qualquer integrante da escola, do Conselho ou ainda da comunidade, no que for de sua competência;

XI – propor e coordenar alterações no currículo escolar, no que for de sua competência, respeitando a legislação vigente; e

XII – acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da Unidade Escolar.

Art. 5º O Conselho Escolar será constituído por membros representantes da gestão escolar, dos docentes, dos discentes, dos pais ou responsáveis legais, dos professores e demais funcionários da escola, além de representantes da comunidade local.

§ 1º O mandato de Conselheiro será por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito apenas 1 (uma) vez.

§ 2º Cada Conselho Escolar será composto por número ímpar de integrantes, que não poderá ser inferior a 5 (cinco), nem superior a 21 (vinte e um).

§ 3º Após a decisão do quantitativo ímpar de integrantes que irão compor

Despesas Correntes	1.604.180	1.604.180
Despesas de Capital		
5. Ações de Informática	4.000	4.000
Despesas Correntes	4.000	4.000
Despesas de Capital		

LEI COMPLEMENTAR Nº 180 DE 7 DE JULHO DE 2011.

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, que instituiu a Carreira e o Cargo de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acresce parágrafo único ao art. 2º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010:

"Art. 2º [...]"

Parágrafo único. Dentre o número de vagas do cargo criado de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima fica fixado o percentual de 30% (trinta por cento) para lotação de Agentes do sexo feminino, considerando a natureza do cargo."

(AC)

Art. 2º A alínea "e" do inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]"

I - [...]"

a) a d) [...]"

e) investigação relativa aos aspectos moral e social, de caráter eliminatório; (NR)

f) [...]"

[...]"

Art. 3º O art. 5º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º a 8º:

"Art. 5º [...]"

I - [...]"

[...]"

II - [...]"

[...]"

§ 1º A prova de aptidão psicológica objetivará, através de testes de conhecimento aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia e aplicados por psicólogos, o conhecimento da personalidade, da inteligência e das habilidades específicas, características inerentes ao cargo, a saber: controle emocional, ansiedade, impulsividade, domínio psicomotor, autoconfiança, resistência à frustração, inteligência, memória, agressividade, adaptabilidade, flexibilidade, maturidade, responsabilidade, dinamismo, iniciativa, fluência verbal, sociabilidade, capacidade de liderança, fobias e honestidade. (AC)

§ 2º A investigação relativa aos aspectos moral e social objetivará verificar se o candidato possui idoneidade moral e conduta ilibada

prescindíveis para o exercício de suas atribuições e ocorrerá durante todas as fases do concurso, incluindo curso de formação, até o final da homologação, sendo conduzida por comissão especialmente designada para tal fim, que poderá obter elementos informativos de quem os possa fornecer, fazer diligências, inclusive convocando o candidato para ser ouvido ou entrevistado. (AC)

§ 3º O candidato convocado para essa fase deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Ficha de informações pessoais;

II - Certidão relativa a assentamentos funcionais, no caso de ser o candidato servidor público civil ou militar; e

III - Certidões de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, bem como, Folha de Antecedentes expedida pela Polícia Federal e Polícia Estadual. (AC)

§ 4º A avaliação dos aspectos moral e social do candidato será efetivada em processo administrativo fundamentado de modo a garantir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. (AC)

§ 5º O teste de aptidão física para o cargo de Agente Penitenciário Masculino e Feminino consiste em 3 (três) testes subsequentes, todos de caráter eliminatório, e obedecerá à seguinte ordem:

I - Teste de Flexão e Extensão dos Cotovelos (braços) com apoio de frente sobre solo;

II - Teste Abdominal (Tipo Solo);

III - Teste de Corrida de Doze Minutos. (AC)

§ 6º O candidato será considerado apto ou inapto na prova de aptidão física. (AC)

§ 7º A quantidade mínima de exercícios por teste para aprovação do candidato será fixada no edital do concurso. (AC)

§ 8º Será considerado eliminado na aptidão física e, conseqüentemente, do concurso público, o candidato que:

I - Não apresentar no dia da prova atestado médico;

II - Deixar de realizar algum dos testes;

III - For considerado inapto em qualquer um dos testes; e

IV - Não comparecer para a realização da prova de aptidão física. (AC)

Art. 4º O § 3º do art. 6º da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º [...]"

§ 1º [...]"

§ 2º [...]"

§ 3º Os candidatos aprovados na primeira fase e inscritos no curso de formação profissional receberão uma bolsa no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico inicial." (NR)

Art. 5º O Anexo Único da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, passa ter a seguinte alteração:

"ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 166, DE 16 DE JULHO DE 2010.

TABELA DE SALÁRIOS - AGENTE PENITENCIÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA DO ESTADO DE RORAIMA." (NR)

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

LEI Nº 815 DE 7 DE JULHO DE 2011

"Dispõe sobre a transformação da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima - FEMACT-RR, e do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima - IDEFER, e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TRANSFORMAÇÃO

Art. 1º A Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima - FEMACT-RR, criada pela Lei Estadual nº 001, art. 46, inciso III, item 2, de 26 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Delegada nº 004, de 16 de janeiro de 2003, fica transformada em Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima - FEMARH-RR, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN.

Art. 2º O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima - IDEFER-RR, criado pela Lei Estadual nº 709, de 30 de março de 2009, fica transformado em Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI-RR, vinculado à SEPLAN.

Art. 3º As atividades de ciência, tecnologia e pesquisa realizadas pela FEMACT-RR passam a ser absorvidas pelo IACTI-RR.

CAPÍTULO II

DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DE RORAIMA - FEMARH/RR

Art. 4º A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima - FEMARH-RR tem por objetivo promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política do meio ambiente e de recursos hídricos do Estado de Roraima, com a finalidade de garantir o controle, a preservação, a conservação e a recuperação ambiental, visando o desenvolvimento sócioeconômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Parágrafo único. A FEMARH-RR tem sede e foro na Cidade de Boa Vista e jurisdição em todo Estado de Roraima.

Art. 5º O patrimônio da FEMARH-RR será constituído pelos bens e direitos da FEMACT-RR, exceto os que forem objeto de aquisição através de recursos provenientes de convênios federais com destinação específica, relacionados às atividades de ciência, tecnologia e pesquisa, e os alocados nas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) da FEMACT-RR, que passam a integrar o patrimônio do IACTI-RR, além daqueles que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. A FEMARH-RR só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Art. 6º No caso de dissolução da FEMARH-RR, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Estado de Roraima.

Art. 7º Os recursos financeiros da FEMARH-RR serão provenientes de: I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concebidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais e internacionais;

IV - retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a entidades públicas ou particulares;

V - os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública;

VI - operações de crédito e juros bancários;

VII - receitas eventuais.

Art. 8º A FEMARH-RR tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I – Conselhos de Direção Superior:

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA;
- c) Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; e
- d) Presidência.

II - Órgãos de Assessoramento:

- a) Gabinete do Presidente;
- b) Procuradoria Jurídica;
- c) Assessoria Especial;
- d) Comissão Permanente de Licitação – CPL; e
- e) Controle Interno.

III – Órgãos de Execução

a) Diretoria Administrativa e Financeira:

- 1) Divisão de Administração;
- 2) Divisão de Orçamento e Finanças;
- 3) Divisão de Recursos Humanos; e
- 4) Divisão de Contabilidade.

b) Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental:

- 1) Divisão de Planejamento e Auditoria Ambiental;
- Divisão de Prevenção e Monitoramento Ambiental;
- Divisão de Fiscalização Ambiental;

4) Divisão de Educação Ambiental; e

5) Divisão de Unidades de Conservação.

c) Diretoria de Recursos Hídricos:

- 1) Divisão de Outorga;
 - 2) Divisão de Apoio à Gestão de Comitês de Bacias Hidrográficas; e
 - 3) Divisão de Planejamento Hídrico.
- d) Diretoria de Licenciamento e Gestão Ambiental:
- 1) Divisão de Licenciamento Ambiental;
 - 2) Divisão de Controle de Florestas;
 - 3) Divisão de Uso do Solo e Agricultura Familiar; e
 - 4) Divisão de Aquicultura e Recursos Pesqueiros.

IV - Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA.

Art. 9º Ficam extintos os cargos em comissão de Diretor de Pesquisa e Estudos Amazônicos – Museu Integrado de Roraima, e de Diretor de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 10. Ficam extintos os seguintes cargos em comissão de Chefe de Divisão:

I – de Pesquisa e Estudos Amazônicos;

II – de Documentação e Arquivo;

III – de Divulgação e Educação;

IV – de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

V – de Educação e Capacitação Sustentável;

VI - de Planejamento e Ordenamento Territorial; e

VII – de Recursos Hídricos.

Art. 11. Ficam criados 2 (dois) cargos em comissão de Diretor e 9 (nove) cargos em comissão de Chefe de Divisão, de acordo com o Anexo I, com as atribuições descritas no Anexo IV, partes integrantes desta Lei.

CAPÍTULO III

DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA – IACTI-RR

Art. 12. O Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR, terá por objetivo promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política de ciência, tecnologia, inovação e gestão florestal do Estado de Roraima, com a finalidade de estimular, promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, com a realização e utilização de pesquisas científicas e estudos amazônicos e com suas devidas aplicações, visando o desenvolvimento sócioeconômico sustentável do Estado e a melhoria da qualidade de vida da população.

Parágrafo único. O IACTI-RR tem sede e foro na Cidade de Boa Vista e exercerá suas atribuições em todo Estado de Roraima.

Art. 13. O patrimônio do IACTI-RR será constituído pelos atuais bens e direitos do ora transformado Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima - IDEFER, bem como, todos aqueles que, na data da publicação desta Lei, estejam sendo utilizados pelas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) da FEMACT-RR, incluídos os adquiridos através de convênios federais com destinação específica, relacionados às atividades de ciência, tecnologia e pesquisa, além daqueles que venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. O IACTI-RR só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive os decorrentes de demandas judiciais.

Art. 14. No caso de dissolução do IACTI-RR, seus bens e direitos

passarão a integrar o patrimônio do Estado de Roraima.

Art. 15. Os recursos financeiros do IACTI-RR serão provenientes de: I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concebidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais e/ou internacionais;

IV - retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a entidades públicas ou particulares;

V - os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública;

VI - operações de crédito e juros bancários; e

VII - receitas eventuais.

Art. 16. Os servidores efetivos do Quadro Geral da FEMACT-RR lotados nas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável – DCTDS, e de Pesquisa e Estudos Amazônicos / Museu Integrado de Roraima – DIPEA-MIRR, passam a integrar o quadro geral de servidores do IACTI-RR, conforme Tabelas I e II do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não aprovado o Plano de Cargos e Salários do IACTI-RR, aplica-se aos servidores mencionados no caput deste artigo a Lei Estadual nº 537, de 24 de março de 2006, mantidas as especialidades do cargo, a remuneração, e seus adicionais, o tempo de efetivo exercício, bem como, todos os direitos adquiridos pelos servidores.

Art. 17. O IACTI-RR tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I – Conselhos de Direção Superior:

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CECTI; e
- c) Presidência.

II - Órgãos de Assessoramento:

- a) Gabinete do Presidente;
- b) Procuradoria Jurídica;
- c) Assessoria Especial;
- d) Comissão Permanente de Licitação;
- e) Controle Interno; e
- f) Câmara de Assessoramento Técnico Científico.

III – Órgãos de Execução

a) Diretoria Administrativa e Financeira:

- 1) Divisão de Administração;
- 2) Divisão de Orçamento e Finanças;
- 3) Divisão de Recursos Humanos; e
- 4) Divisão de Contabilidade.

b) Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação:

- 1) Divisão de Engenharia e Inovação;
- 2) Divisão de Planejamento, Gestão e Fomento de Políticas e Programas em Ciência, Tecnologia e Informação - CTI;
- 3) Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Projetos em Ciência, Tecnologia e Informação - CTI;
- 4) Divisão de Ações Regionais para Inclusão Social; e
- 5) Divisão de Apoio à Gestão de Cooperativas e Empresas (Incubadoras).

c) Diretoria de Pesquisa e Tecnologia em Gestão Territorial:

- 1) Divisão de Estudos Sócioeconômicos e Ambientais;
- 2) Divisão de Planejamento e Cadastro;
- 3) Divisão de Estatística e Geotecnologia;
- 4) Divisão de Gestão e Política Territorial;
- 5) Divisão de Informações Ambientais; e
- 6) Divisão de Gestão de Florestas Públicas.

d) Museu Integrado de Roraima:

- 1) Divisão de Pesquisa e Estudos Amazônicos;
- 2) Divisão de Documentação e Arquivo; e
- 3) Divisão de Divulgação e Educação.

IV - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – FECT.

V – Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – FUNDEFER.

§1º Fica o Museu Integrado de Roraima incorporado a Estrutura do IACTI-RR, sendo por este administrado.

§2º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a instituir, através de Decreto, Unidades Administrativas Descentralizadas/ Regionalizadas, disciplinando seu funcionamento.

Art. 18. Ficam extintos os cargos em comissão de Diretor Técnico do IDEFER e de Chefe de Planejamento, Acesso e Desenvolvimento da Cadeia Florestal, previstos na Lei nº 706, de 30 de março de 2009.

Art. 19. Ficam criados 3 (três) cargos em comissão de Diretor e 17 (dezessete) cargos em comissão de Chefe de Divisão, de acordo com o Anexo II, com as atribuições descritas no Anexo IV, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A FEMARH-RR incorporará os recursos orçamentários

previstos para a Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental (DMCA) da FEMACT-RR, e os recursos do FEMa.

Art. 21. O IACTI-RR incorporará os recursos orçamentários do atual IDEFER; das Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável – DCTDS, e de Pesquisas e Estudos Amazônicos – DIPEA, da FEMACT-RR; e do FECT.

Art. 22. A FEMARH-RR incorporará todos os bens materiais contidos na estrutura da FEMACT-RR, exceto os adquiridos através de convênios federais, com destinação específica, relacionados às áreas de ciência, tecnologia e pesquisa, bem como, os bens alocados nas Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) da FEMACT-RR, que serão vinculados ao IACTI-RR.

Art. 23. Todos os convênios firmados pela FEMACT-RR vinculados às áreas específicas das Diretorias de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (DCTDS) e de Pesquisas e Estudos Amazônicos (DIPEA) do Estado de Roraima passarão a ter sua gestão sob a responsabilidade do IACTI-RR.

Art. 24. Os ajustes orçamentários referentes a nova distribuição dos programas, projetos e ações previstas no Plano Plurianual – PPA 2008-2011, e na Lei Orçamentária Anual – LOA, exercício 2011, decorrentes dessa transformação, deverão ser remanejados e ajustados conforme previsto em lei, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de até 90 (noventa) dias.

t. 25. Durante o período de até 90 (noventa) dias, as despesas emergenciais e inadiáveis serão realizadas nos orçamentos aprovados pela Lei Orçamentária Anual – LOA, exercício de 2011, dos órgãos ora transformados FEMACT-RR e IDEFER.

Art. 26. Ficam revogados os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º e o Anexo I da Lei Delegada nº 004, de 16 de janeiro de 2003.

Art. 27. Ficam revogados os artigos 5º, 8º e Anexos I e II da Lei nº 706, de 30 de março de 2009.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DA FEMARH-RR

CARGO	QUANT.	PADRÃO REFERÊNCIA
Presidente	1	R\$ 13.950,00
Diretor	4	R\$ 9.765,00
Presidente da CPL	1	R\$ 3.210,00
Procurador-Chefe	1	R\$ 4.180,00
Chefe de Gabinete	1	R\$ 2.612,50
Assessor Especial	4	R\$ 3.354,45
Membro da CPL	2	R\$ 1.881,00
Chefe Unid. Cont. Interno	1	R\$ 2.500,00
Chefe de Divisão	16	R\$ 2.299,00
Secretária de Diretor	4	R\$ 836,00
Assistente de Gabinete	7	R\$ 627,00
TOTAL	42	

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO IACTI-RR

CARGO	QUANT.	PADRÃO REFERÊNCIA
Presidente	1	R\$ 13.950,00
Diretor	4	R\$ 9.765,00
Presidente da CPL	1	R\$ 3.210,00
Procurador-Chefe	1	R\$ 4.180,00
Chefe de Gabinete	1	R\$ 2.612,50
Assessor Especial	4	R\$ 3.354,45
Membro da CPL	2	R\$ 1.881,00
Chefe Unid. Cont. Interno	1	R\$ 2.500,00
Chefe de Divisão	18	R\$ 2.299,00
Secretária de diretor	4	R\$ 836,00
Assistente de Gabinete	7	R\$ 627,00
TOTAL	44	

ANEXO III

TABELA I

CARGOS EFETIVOS DO IACTI-RR – NÍVEL SUPERIOR

CARGO	QUANTIDADE
Analista de Ciência e Tecnologia / Administrador	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Economista	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Geógrafo	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Tecnólogo de Nível Superior em Agronegócio	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Tecnólogo de Nível Superior em Gestão Ambiental	2
Analista de Ciência e Tecnologia / Tecnólogo de Alimentos	1
Analista de Ciência e Tecnologia / Turismo	1
Pesquisador / Antropólogo	1
Pesquisador / Ecólogo	1
Pesquisador / Taxionomista em Angiosperma	1
Pesquisador / Taxionomista em Zoologia	1
TOTAL	12

TABELA II

CARGOS EFETIVOS DO IACTI-RR – NÍVEL MÉDIO

CARGO	QUANTIDADE
Auxiliar de Restauração	1
Guia de Museu	1
Técnico em Laboratório	3
TOTAL	5

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO DA FEMARH-RR E DO IACTI-RR

Descrição das atribuições dos cargos em comissão

Presidente

Administrar a autarquia, praticando os atos de gestão necessários e exercendo a coordenação das Diretorias e assessorias imediatas, além de convocar e presidir as reuniões da Diretoria, admitida a delegação de competência; representar ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e na celebração de convênios, contratos, termos de ajustamento de conduta e outros ajustes; promover a articulação entre a autarquia e outras instituições públicas e privadas, para a consecução dos objetivos; firmar, juntamente com o diretor competente, convênios, contratos; realizar os encaminhamentos da prestação de contas anual; fixar prioridades para elaboração dos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos e programas; prover as funções de chefia, constituir comissões e grupos de trabalho.

Diretor

Assessorar a Presidência nos assuntos relativos à sua esfera de atribuições; coordenar, controlar, supervisionar, os planos, programas e projetos desenvolvidos; exercer, no ambiente organizacional e universo de ação, quando se fizer necessário e estritamente na ausência do titular, atos relativos à "atividade meio", os quais preservem a dinâmica operacional, desde que alicerçados em bases normativas e regulamentares; opinar, sobre a viabilidade técnica e econômica na celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes inerentes à execução de serviços de natureza técnica; apoiar a capacitação de Recursos Humanos dentro de sua esfera de atribuições.

Procurador Jurídico

Representar a entidade nas ações judiciais em que for parte, na condição de autora, ré ou interessada; opinar e examinar minutas de edital, convênio ou ajuste, contrato, projetos provenientes de contrato, acordos nacionais e internacionais relativos às atividades fim da entidade.

Chefe de divisão

Assessorar os respectivos Diretores em assuntos referentes às suas áreas de competência; planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades inerentes às competências da respectiva unidade; desempenhar atribuições de natureza administrativa e técnico-especializada que lhes forem imputadas por seus superiores; representar seus Diretores, quando por eles designados; supervisionar os procedimentos relacionados à execução das atividades que lhes são atribuídas; manter a diretoria permanentemente informada das atividades das divisões; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Assessores

Assessorar e assistir o Presidente, Chefe de Gabinete, Procurador Jurídico e Diretores em assuntos de suas respectivas competências; acompanhar matérias veiculadas por meios de comunicação; coordenar, controlar e acompanhar o desenvolvimento das atividades nas suas áreas de competência; elaborar relatórios afetos às suas áreas de atuação; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Assistentes

Assistir às chefias imediatas em assuntos de natureza técnico-administrativo; elaborar ou auxiliar a elaboração de minutas de atos ou outras comunicações a serem expedidas pelas unidades em que estiverem lotados; receber, transmitir, controlar e registrar as comunicações recebidas e expedidas e os processos e documentos que transitam nas suas unidades de lotação; analisar informações e dados e emitir parecer sobre matérias de competência da área em que estiverem lotados; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Secretários

Marcar audiência, receber e orientar pessoas, organizar e controlar a agenda da respectiva chefia; agendar viagens e reservar passagens e hotéis; transmitir, acompanhar e orientar o cumprimento das instruções emanadas da chefia imediata; executar serviços de digitação e reprodução de documentos; receber e transmitir mensagens; fazer e receber ligações telefônicas; organizar e manter o arquivo de mensagens recebidas e transmitidas; manter controle de material de expediente, elaborando os pedidos necessários para suprir necessidades; exercer outras atividades que lhes forem conferidas ou delegadas.

Chefe de controle interno

Controlar os processos e procedimentos administrativos, visando o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da instituição; emitir pareceres, outras atividades correlatas.

Presidente da CPL

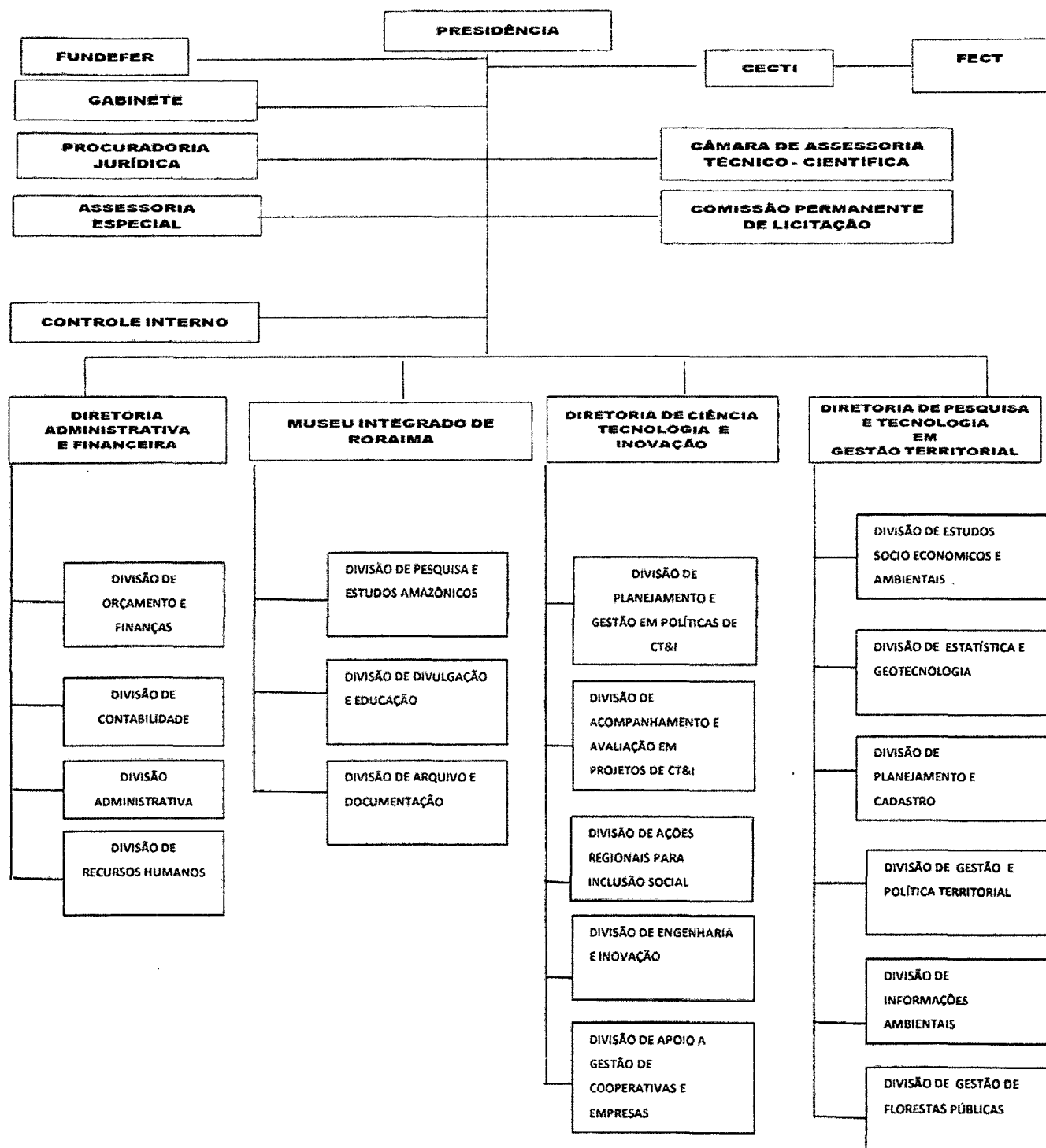
Elaborar e instruir os processos licitatórios e procedimentos administrativos, visando a compra de bens e serviços necessários a atender as necessidades da instituição; presidir os certames de interesse da entidade.

Membros da CPL

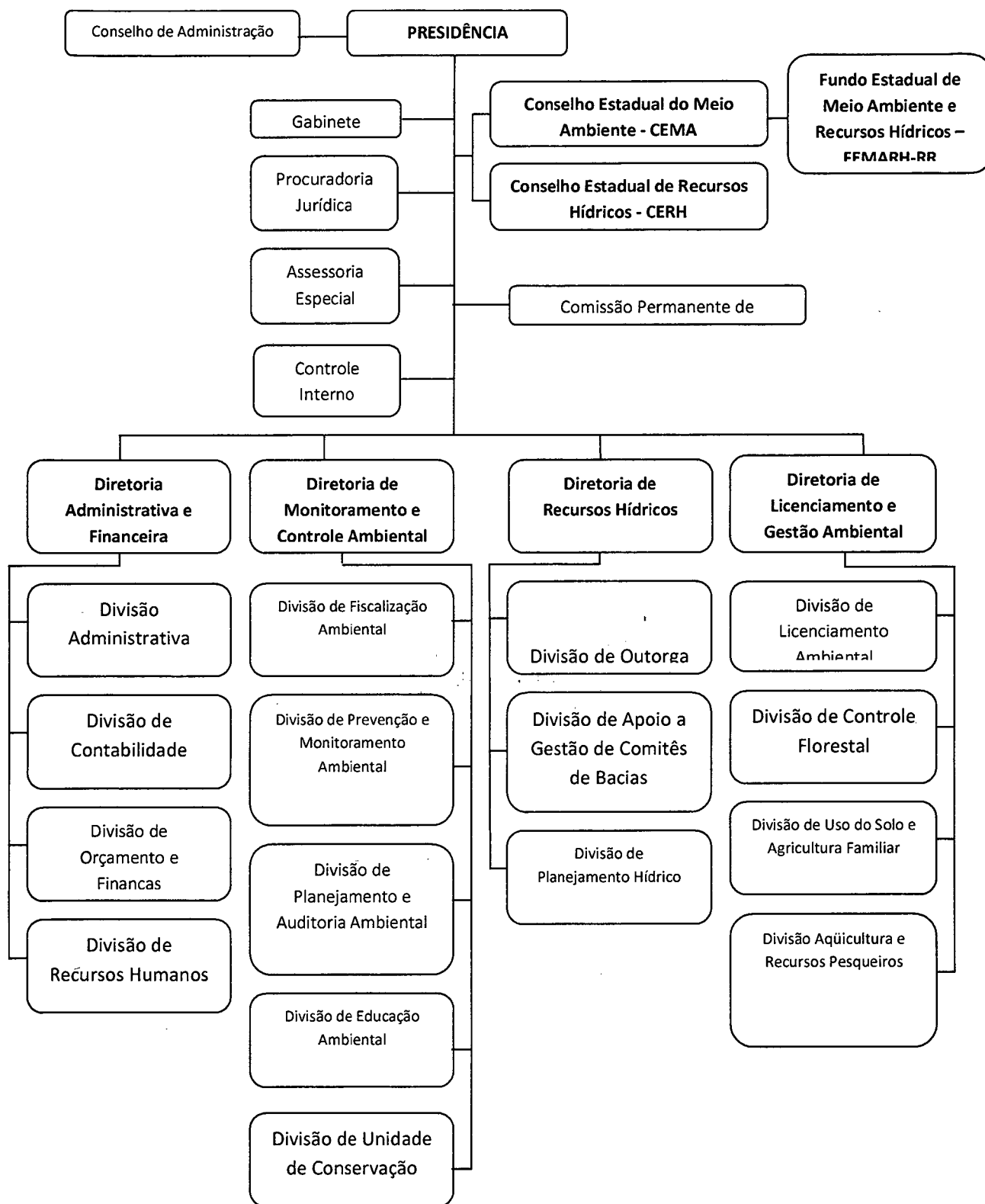
Elaborar e instruir os processos licitatórios e procedimentos administrativos, visando a compra de bens e serviços necessários a atender as necessidades da instituição; participar dos certames de interesse da entidade.

ANEXO V

ORGANOGRAMA IACTI/RR



ANEXO VI

**DECRETO Nº 12.966-E DE 7 DE JULHO DE 2011.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso III, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a ausentar-se do Estado, o servidor JORGE EVERTON BARRETO GUIMARAES, Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima - DETRAN, para participar da

Reunião do Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, para elaboração do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança no Trânsito para Década 2011 – 2020, em Brasília/DF, nos dias 12 e 13-7-2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

Cargo: CDI-III, Chefe de Cartório de Delegacia.
CPF: 665.196.402-04

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1221-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,
Art. 1º Exonerar os servidores a seguir relacionados dos cargos comissionados pertencentes à estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda:

I – ADONIAS CONCEIÇÃO ARAÚJO JUNIOR

CARGO: CDI-II – Chefe da Seção de Controle da Dívida Fundada Flutuante

II – DANUSA RAMOS PEREIRA DE PAULA

CARGO: FAI-II – Secretária de Divisão

Art. 2º Nomear os servidores a seguir relacionados para os cargos comissionados pertencentes à estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda:

I – DANUSA RAMOS PEREIRA DE PAULA

CPF: 015.448.217-00

CARGO: CDI-II – Chefe da Seção de Controle da Dívida Fundada Flutuante

II – FRANCISCA DE JESUS ARAÚJO

CPF: 257.897.833-68

CARGO: FAI-II – Secretária de Divisão

Art. 3º Este Decreto produz seus efeitos a contar de 22-5-2009

Palácio Senador Hélio Campos, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1222-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e nos termos do art. 31, inciso VI, da Lei Complementar nº 053, de 2001, em conformidade com o Processo nº 019001-001549/09-20,
RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR VAGO, a partir de 20-1-09, o cargo de Escrivão de Polícia Civil, ocupado pela servidora SHIRLEY KELLY CLAUDIO DA SILVA, CPF nº 618.376.012-91, matrícula nº 042000636, nomeada pelo Decreto Nº 74-P, de 15 de julho de 2004, lotada na Secretaria de Estado da Segurança Pública, por tomar posse em outro cargo incompatível.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1223-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora abaixo relacionado do cargo comissionado, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, a contar de 13-4-2009.

I – ALESSANDRA CASTRO CIDADE

Cargo CDI – I, Assessor Técnico

CPF: 651.000.932-34

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados para os cargos comissionados, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento.

I – ADONIAS CONCEIÇÃO ARAÚJO JUNIOR

Cargo CDS – I, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável/DA

CPF: 112.543.432-53, a contar de 22-5-2009

II – WANEISSA ZORZETTI JACOMINI CARDOSO

Cargo CDI – II, Assessor Técnico

CPF: 869.038.701-30, a contar de 2-5-2009.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1224-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIEL GIANLUPPI, para exercer o cargo de Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – IDEFER.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto, serão custeadas pelo orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

mento – SEPLAN, nos termos dos art. 17 e 19 da Lei nº 706 de 30 de março de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1225-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear GENÉSIO SOARES DE SOUZA, CPF: 020.741.682-68, para o Cargo de Direção Superior – CDS-I, Chefe Divisão de Abastecimento/DTA, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1226-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso III, da Constituição Estadual,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear NADIEJDA LEVY FIGUEIREDO FERREIRA, CPF: 855.937.704-25, para o Cargo de Direção Superior – CDS-I, Chefe Divisão de Contabilidade Geral/Dep. de Contabilidade, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto produz seus efeitos a contar de 15-5-2009.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1227-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e de conformidade com o Processo nº 017001-004423/09-36, resolve,

Art. 1º - Exonerar a pedido, JUEL QUEIROZ RIBEIRO, CPF nº 614.760.802-91, do cargo de Merendeiro, matrícula nº 040001209, nomeado pelo Decreto nº 29-P, de 02 de abril de 2004, lotado na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, a partir de 14/04/09.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1228-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e de conformidade com o Processo nº 017001-004426/09-24, resolve,

Art. 1º - Exonerar a pedido, MACELI DE SOUZA CARVALHO, CPF nº 743.680.442-15, do cargo de Merendeiro, matrícula nº 040001883, nomeada pelo Decreto nº 29-P, de 02 de abril de 2004, lotada na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, a partir de 07/04/09.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1229-P DE 2 DE JUNHO DE 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, nos termos do art. 32, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e de conformidade com o Processo nº 017001-003002/09-42, resolve,

Art. 1º - Exonerar a pedido, MARIO BENTES CAVALCANTE, CPF nº 402.658.622-72, do cargo de Professor, matrícula nº 43005412, nomeado pelo Decreto nº 002-P, de 07 de janeiro de 2008, lotado na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, a partir de 13/03/09.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 2 de junho de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR

Governador do Estado de Roraima

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS

Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

DECRETO Nº 489-P DE 30 DE JUNHO DE 2006.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar WALDEMAR MUTRAN PARACAT, do Cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de junho de 2006.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 490-P DE 30 DE JUNHO DE 2006.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso II, da Constituição Estadual,

RESOLVE

Art. 1º Nomear HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de junho de 2006.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

Casa Militar

PORTARIA Nº 046/CM/2006

O SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o afastamento do servidor CARLOS AUGUSTO COELHO FURTADO, Comandante de Aeronave, para viajar com destino a cidade de Belo Horizonte - MG, com a finalidade de receber e transladar para Boa Vista - RR, a aeronave de matrícula PP-EOP (KING-AIR), pertencente a este governo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao período de 19.06.2006 a 26.06.2006.

Boa Vista-RR, 02 de junho de 2006

EDISON PROLA - Cel QOPM

Secretário Chefe da Casa Militar

DESPACHO

Processo:03157/06-70

Secretaria: Casa Militar

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação em favor da firma: VANDERLEI ALTAIR FRIEDRICH no valor estimado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) referente às despesas com contratação de profissional técnico especializado para o exercício de supervisão de aeronaves do Governo do Estado, conforme consta no processo em epígrafe com fundamento no Art. 25 inciso II § 1º c/c Art. 13 inciso IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Sendo assim, em atendimento ao que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto à elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe da Casa Militar.

Boa Vista-RR, 06 de julho de 2006.

EDISON PROLA - Cel QOPM

Secretário Chefe da Casa Militar

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, em sua redação atual, referente a Inexigibilidade de Licitação, de que se trata o presente processo.

Determino que se publique no Diário Oficial do Estado, de conformidade com a exigência contida no mesmo Art. 26, da Lei supra mencionada, no presente despacho.

Boa Vista-RR, 06 de julho de 2006

OTTOMAR DE SOUSA PINTO

Governador do Estado de Roraima

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EXTRATO DA PORTARIA Nº 049/2006-UGAM/ASCOM

O ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - ANULAR os efeitos da PORTARIA Nº 016/2006-UGAM/ASCOM, que autoriza concessão de suprimentos de fundos no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), ao servidor Jeyson Farias de Lima, matrícula

siape: 1036189, Rua Jair da Silva Mota, 849 - Asa Branca, Bco. do Brasil, ag: 0250-X, C/C: 150440-1, CPF: 225.303.122-49, lotado no Gabinete do Governador, para fazer faces as despesas com material de consumo e outros serviços e encargos, constantes do Proc: 13003.01377/06-60.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Assessor de Imprensa, Boa Vista/RR, 07 de Julho de 2006.

RUI DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Assessor de Imprensa e Comunicação
do Governo do Estado de Roraima

(1º) TERMO ADITIVO

PROC/Nº 11287/05-04, de 20/02/2005

OBJETO: Prorrogação de vigência com alteração da Cláusula Sexta.

VIGÊNCIA:04 (quatro) meses de 19.06.2006 a 19.10.2006

Ficam ratificados as demais cláusulas e condições do Contrato.

CONTRATANTES: OTTOMAR DE SOUSA PINTO (GOVERNADOR) e

RUI OLIVEIRA FIGUEIREDO (ASSESSOR)

CONTRATADA: EDITORA BOA VISTA LTDA

CNPJ/MF Nº: 04653101/0001-12

BOA VISTA-RR, 07 de julho de 2006

JOSÉ MAGALHÃES DUARTE - ASCOM/UGAM

(1º) TERMO ADITIVO

PROC/Nº 11287/05-04, de 20/02/2005

OBJETO: Prorrogação de vigência com alteração da Cláusula Sexta.

VIGÊNCIA:04 (quatro) meses de 19.06.2006 a 19.10.2006

Ficam ratificados as demais cláusulas e condições do Contrato.

CONTRATANTES: OTTOMAR DE SOUSA PINTO (GOVERNADOR) e

RUI OLIVEIRA FIGUEIREDO (ASSESSOR)

CONTRATADA: GRAPHCOLOR DESIGN LTDA

CNPJ/MF Nº: 00508979/0001-03

BOA VISTA-RR, 07 de julho de 2006

JOSÉ MAGALHÃES DUARTE - ASCOM/UGAM

Procuradoria Geral do Estado

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2006/GAB/PROGE/RR

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO, no uso das atribuições legais

RESOLVE

Em atendimento a Cláusula Décima Quarta - Item I do Contrato nº 006/

2006, a Divisão de Administração - DIAD, da Coordenadoria de Planejamento e

Finanças - COPLAF, para acompanhar o recebimento dos tapetes e

persianas objeto do citado Contrato.

Boa Vista-RR, 26 de junho de 2006.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOÃO FÉLIX DE SANTANA NETO

Procurador-Geral Adjunto do Estado

**Secretaria de Estado da Gestão
Estratégica e Administração**

PORTARIA/GAB/SEGAD Nº 479 DE 04 DE JULHO DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINIS-
TRAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 056-P, de 17
de janeiro de 2005, com base no art. 34, inciso II, da Lei Complementar nº
053/01, e considerando o que consta no processo nº 13001-03138/06-56,

RESOLVE

Art. 1º - Remover a servidora MARIA DE FÁTIMA NUNES DA ROCHA,
do Quadro Efetivo de Pessoal do Governo do Estado, CPF nº 041.489.162-
72, ocupante do cargo de Assistente Social, Classe I, Referência 11-E, Nível
CNS, Grupo Ocupacional SBE, Matrícula 400000112, lotada na Secretaria
de Estado da Saúde, no setor de Tratamento Fora do Domicílio-TFD para a
Representação do Governo do Estado de Roraima, na cidade de Manaus-
AM.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 04 de julho de 2006.

PORTARIA/GAB/SEGAD Nº 480 DE 04 JULHO DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINIS-
TRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora estadual LYANE MOREIRA TEIXEIRA DE
MORAES, Matrícula nº 040002440, para responder pelo Cargo de Chefe da
Seção de Mobilidade de Pessoal e Vacância, em substituição do titular
ANTONIO SILVA TRAJANO, Matrícula SIAPE: 0707180, em razão de
férias, no período de 10/07/06 a 08/08/06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

LUCIANO FERNANDES MOREIRA

Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.979.689/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/03/2009
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DE AMPARO A CIENCIA TECNOLOGIA E INOVACAO DO ESTADO DE RORAIMA - IACTI-RR			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IACTI-RR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 111-2 - AUTARQUIA ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL			
LOGRADOURO R DOMINGOS BRAGA	NÚMERO 44	COMPLEMENTO CASA	
CEP 69.305-220	BAIRRO/DISTRITO SAO FRANCISCO	MUNICÍPIO BOA VISTA	UF RR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/03/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **28/05/2012** às **10:15:52** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Processo:02000.000937/2011



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Departamento de Zoneamento Territorial
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" 9º andar – sala 950 - Brasília/DF
TEL.: (061) 2028-1364 - FAX Nº (061) 2028-1481

Mem. 96/2012/DZT/SEDR/MMA

Em 21 de junho de 2012.

Ao Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Assunto: **Envio de Nota Técnica nº 32/2012 para assinatura**

1. Segue o processo nº02000.000937/2011-71 referente ao Acordo de Cooperação Técnica para elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, contendo a Nota Técnica nº32/2012 para ser assinada e posteriormente encaminhada a Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

RECEBIDO NA SEDR
Em 21/06/12
As 12:09
Jazueline



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Departamento de Zoneamento Territorial

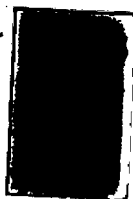


Assunto: Acordo de Cooperação Técnica

Origem: DZT/SEDR/MMA

NOTA TÉCNICA nº 32/2012

Ref: Acordo de Cooperação Técnica para elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, Processo nº 02000.0009372011-71.



1. Introdução

1.1. Trata-se, esta Nota Técnica, da celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio da Diretoria de Zoneamento Territorial - DZT - da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado de Roraima, através do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação- IACTI, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

1.2. O IACTI, por meio do ofício nº 126/2012, de 29 de maio de 2012, solicitou a viabilização de tal acordo, visando a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico - ZEE - do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico Econômico - MacroZEE da Amazônia Legal. Para isso, o IACTI está encaminhando uma minuta do Acordo de Cooperação Técnica e do cronograma de execução, a ser cumprido.

1.3. Este ofício encaminhou, também, como anexos, o Parecer Jurídico, a publicação dos decretos de nomeação do Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento e do Presidente do IACTI, da Lei nº 815, de 07/7/2011, que cria o IACTI e do comprovante de inscrição e situação cadastral do Instituto. Consta, ainda, do parecer do Procurador Jurídico do IACTI, relativo à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica.

2. Parecer Técnico

2.1. O Acordo de Cooperação Técnica é o instrumento utilizado pela Coordenação do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico - PZEE para formalizar a relação com os entes federados ou instituições de pesquisa e desenvolvimento acerca de atividades relativas ao ZEE e está previsto no decreto nº 4297, de 10 de julho de 2002.

2.2. O Acordo visa à conjugação de esforços para a elaboração e implementação do ZEE e de projetos e ações que promovam o desenvolvimento sustentável em Roraima, bem como de sua integração com o MacroZEE da Amazônia Legal, por meio do desenvolvimento de ações e atividades constantes no Plano de Trabalho, que é parte integrante do referido documento.

2.3. Para atender a esta integração o MMA deverá disponibilizar as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, acompanhar o Estado no desenvolvimento de

ações que visem a consolidação de suas diretrizes, bem como na definição de indicadores de monitoramento desta execução.

2.4. Cabe à Coordenação do PZEE promover as ações necessárias à consecução dos objetivos da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional – CCZEE, que é de elaborar o ZEE do território nacional e se articular com os entes federados para integrar seus ZEEs àqueles realizados pelo Governo Federal, de acordo com o Decreto de 28 de dezembro de 2001.

2.5. A Coordenação do PZEE, MMA/DZT, deverá articular o Consórcio ZEE Brasil, por meio das instituições que o compõem, para contribuir com a execução do Plano de Trabalho proposto.

2.6. O IACTI, responsável pelo ZEE do Estado de Roraima, se responsabilizará pela designação do grupo de trabalho interno, além de propor ao governo estadual, a articulação e instituição da Comissão estadual do ZEE.

2.7. O cronograma de execução prevê a transferência de informações e tecnologias disponíveis entre as partes, a promoção de encontros e seminários técnicos, bem como a realização de mediações institucionais no processo de articulação com outros órgãos de governo, da sociedade e dos municípios próximos ao Distrito Federal.

2.8. Este Acordo de Cooperação se pautará pelo cumprimento do cronograma de execução aprovado e sua alteração deverá ser de pleno conhecimento e concordância da partes que o assinam, com vigência prevista de 24 (vinte e quatro) meses.


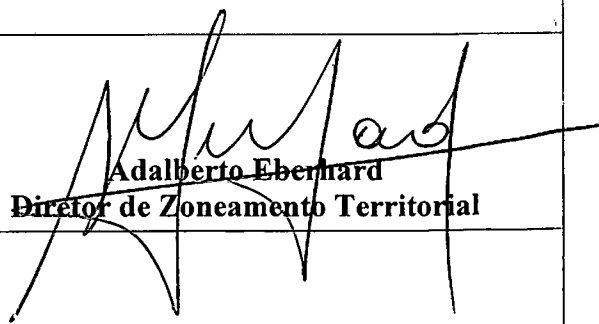

3. Conclusão

As proposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, inclusive no cronograma de execução, estão compatíveis com o que designa o Decreto nº 4297, de 10 de julho de 2002, ou seja, 'O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de termo apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, cumpridos os requisitos previstos neste Decreto'.

A celebração deste Acordo está de acordo com os interesses da Coordenação do PZEE, MMA/DZT, quando viabiliza a discussão da revisão metodológica do ZEE, baseada nas diversas experiências estaduais, reforçando, ao mesmo tempo, a consolidação das diretrizes metodológicas a serem definidas e aprovadas pela Coordenação Nacional – CCZEE.

Baseado no Parecer Técnico descrito no item 2, esta Diretoria se manifesta favorável à celebração deste Acordo de Cooperação Técnica e propõe o encaminhamento deste Processo nº 02000.0009372011-71 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e parecer.

À consideração superior,

ASSINATURAS	
 Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues Analista Ambiental	 Adalberto Ebernard Diretor de Zoneamento Territorial
 Paulo Guilherme Cabral Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	BRASÍLIA, 20 de junho de 2012.



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.000937/2011-71

Fls. 71

Em 25 de junho de 2012.

Ao Gabinete da Ministra/GM,

Segue processo com Nota Técnica nº 32/2012/SEDR para conhecimento e posterior encaminhamento à CONJUR.

Atenciosamente,


LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete

CGAA/MMA/GM

Recebido em:

25/06/12 às 18:06

laurel



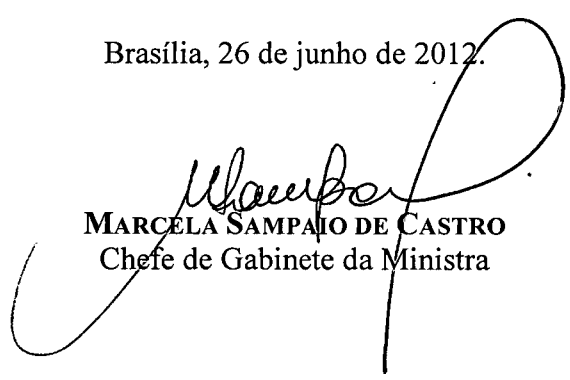
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Gabinete da Ministra
Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 5º andar
70068-901 – Brasília – DF
Fone: (61) 2028-1254 – Fax: (61) 2028-1756
gab@mma.gov.br

Despacho do Gabinete da Senhora Ministra do Meio Ambiente

PROCESSO n. 02000.000937/2011-71

Encaminhe-se o presente Processo à Consultoria Jurídica, para análise e manifestação.

Brasília, 26 de junho de 2012.


MARCELA SAMPAIO DE CASTRO
Chefe de Gabinete da Ministra



PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02000.000537120JJ-71	26/06/12	15:19	GAB

f. M. M. W.

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☒ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

OBS:

Brasília, 26/06/2012

Jose Mauro de Lima O' de Almeida
Consultor Jurídico MMA

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Cleilton Barros
☐ Jamil Cardoso
☐ Juliana Corbacho
☐ Marcelo Conceição
☐ Priscila Oliveira

☐ Regina Baruzzi
☐ Thais Madruga
☐ Jacira Rocha
☐ Natanael Ramos
☐ Odílio Siqueira

☐ Rodrigo Magalhães
☐ Tânia Arrais
☐ Theresa Cristina
☐ _____
☐ _____

OBS:

Brasília, ____/____/201__

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em ____/____/201__

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, ____/____/____

Advogado

DEVOLUÇÃO

Encaminho os presente autos à Coordenação-Geral, com: _____

Brasília, ____/____/201__

Advogado



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

PARECER Nº 485/2012/CGCA/CONJUR/MMA/ta

PROCESSO Nº 02000.000937/2011-71

INTERESSADO: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/
Departamento de Zoneamento Territorial

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDR e o Estado de Roraima

REF.: Nota Técnica nº 32/2012/DZT/SEDR/MMA (9.2)

EMENTA: CGCA. Administrativo. Acordo de Cooperação Técnica. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e o Estado de Roraima. Zoneamento Ecológico Econômico. Manifestação favorável. Alteração de Minuta.

I RELATÓRIO

Cuida-se de celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado de Roraima, representado por sua Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e o Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI), cujo objeto constitui-se na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico- Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

2 A Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima solicitou a celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, encaminhando minutas do instrumento a ser assinado, por meio dos Ofícios nº 140/2011, de 09 de maio de 2011 (fls. 01) e 126/2012, de 29 de maio de 2012 (fl. 49), além da documentação referente a este órgão e de seu representante legal.

3 O Procurador Jurídico do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima emitiu parecer opinando pela regularidade das minutas apresentadas, recomendando a assinatura do Acordo de Cooperação em análise (fl.59).

4 A SEDR emitiu Nota Técnica ressaltando que o Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado está em consonância com os interesses do





Programa de Zoneamento Ecológico- Econômico (PZEE), manifestando-se favorável a sua celebração – Nota Técnica nº 32/2012/DZT/SEDR/MMA (fl. 70).

5 Eis o relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

II APRECIÇÃO JURÍDICA

6 Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico- formais das minutas acostadas aos autos.

7 A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos seus signatários e tem por escopo realizar atividades conjuntas, no sentido de implementar ações referentes ao Programa Zoneamento Ecológico- Econômico no Estado de Roraima, consoante disposições do Decreto nº 4297/2002.

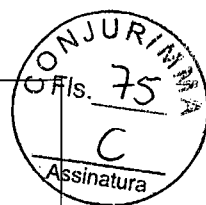
8 A área técnica deste Ministério se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação- Nota Técnica nº 32/2012/DZT/SEDR/MMA (fl.70), manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

“3. Conclusão:

As proposições contidas na Minuta de Acordo de Cooperação Técnica, inclusive no cronograma de execução, estão compatíveis com o que designa o Decreto nº 4297, de 10 de julho de 2002, ou seja, 'O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de termo apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, cumpridos os requisitos previstos neste Decreto'.

A celebração deste Acordo está de acordo com os interesses da coordenação do PZEE, MMA/DZT, quando viabiliza a discussão da revisão metodológica do ZEE, baseada nas diversas experiências estaduais, reforçando, ao mesmo tempo, a consolidação das diretrizes metodológicas a serem definidas e aprovadas pela Coordenação Nacional- CCZEE”.

9 Registre-se que será sempre da inteira responsabilidade do setor técnico competente a avaliação acerca da conveniência e oportunidade, bem como a apreciação dos motivos que determinarão a celebração dos instrumentos administrativos, cuja validade, consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, fica condicionada a existência dos motivos.



10 Acerca do mérito do ato administrativo, Hely Lopes Meirelles¹ nos ensina:

"O mérito do ato administrativo consubstancia-se, portanto, na valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato, feitas pela Administração incumbida de sua prática, quando autorizada a decidir sobre a conveniência, oportunidade e justiça do ato a realizar"

11 No caso em análise, além da conveniência e oportunidade, deverão também ser observados os requisitos estabelecidos no Decreto nº 4297/2002, que estabelece:

Art. 6º Compete ao Poder Público Federal elaborar e executar o ZEE nacional e regionais, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal (...)

Art. 7º A elaboração e implementação do ZEE observarão os pressupostos técnicos, institucionais e financeiros.

Art. 8º Dentre os pressupostos técnicos, os executores de ZEE deverão apresentar:

- I- termo de referência detalhado;
- II- equipe de coordenação composta por pessoal técnico habilitado;
- III- compatibilidade metodológica com os princípios e critérios aprovados pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001;
- IV- produtos gerados por meio do Sistema de Informações Geográficas, compatíveis com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;
- V- entrada de dados no Sistema de Informações Geográficas compatíveis com as normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional;
- V -normatização técnica com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia para produção e publicação de mapas e relatórios técnicos;
- VII- compromisso de disponibilizar informações necessárias à execução do ZEE; e
- VIII- projeto específico de mobilização social e envolvimento de grupos sociais interessados.

Art.9º Dentre os pressupostos institucionais, os executores de ZEE deverão apresentar:



I- arranjos institucionais destinados a assegurar a inserção do ZEE em programa de gestão territorial, mediante a criação de comissão de coordenação estadual, com caráter deliberativo e participativo, e de coordenação técnica, com equipe multidisciplinar;

II- base de informações compartilhadas entre os diversos órgãos da administração pública;

III- proposta de divulgação da base de dados e dos resultados do ZEE; e

IV- compromisso de encaminhamento periódico dos resultados e produtos gerados à Comissão Coordenadora do ZEE.

Art.10. Os pressupostos financeiros são regidos pela legislação pertinente.

11 Destaca-se que, embora não preveja o repasse de recurso financeiros entre os partícipes, característica própria dos Acordos de Cooperação Técnica entre órgãos e entidades públicos, o instrumento em comento caracteriza-se como acordo ou ajuste (lato sensu) e, portanto, deve pautar-se, mesmo que de maneira subsidiária, pelas disposições constantes da Lei nº 8.666, de 1993, a qual estabelece: *"Art. 116 Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração"*.

12 No que concerne à minuta apresentada às fls. 50/58, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993. Todavia, observa-se que não foram acostados aos autos certidões de regularidade fiscal dos órgãos estaduais signatários do instrumento.

13 Para uma melhor adequação jurídico- formal da minuta apresentada, sugerimos, por oportuno, a alteração da redação das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento



do presente Acordo de Cooperação, os partícipes concordam preliminarmente em solucioná-los administrativamente e última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União- AGU, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

III CONCLUSÃO

14 Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se favoravelmente à celebração do presente Acordo de Cooperação, opinando pela restituição ao setor técnico competente para saneamento dos autos com as ressalvas apontadas nos itens 12 e 13 *supra*, e nas correções efetuadas à lápis no texto do instrumento.

15 À consideração superior. Após, à SEDR para as providências pertinentes, sem prejuízo de retorno à esta CONJUR somente para chancela da minuta corrigida.

Brasília-DF, 09 de julho de 2012.

TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora- Geral de Atos Contratos e Ajustes

DESPACHO/CONJUR/MMA/Nº 792/2012

Aprovo o Parecer nº 485/2012/CONJUR/MMA/ta. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme sugerido.

Brasília-DF, 9 de julho de 2012.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
Consultor Jurídico/MMA

RECEBIDO NA SEDR

Em 10,07,12

As 10:40

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'S. H. S.', is written over a horizontal line.



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.000937/2011-71

Fls. 77

Em 10 de julho de 2012.

Ao Departamento de Zoneamento Territorial/DZT,

Encaminha-se processo para conhecimento, observar os itens 12, 13, 14 e 15 do Parecer 485/2012/CGCA/CONJUR/MMA.

Atenciosamente,

Rafael Saldanha Gangana
RAFAEL SALDANHA GANGANA
Chefe de Gabinete Substituto

*Gerência do ZET para
as providências solicitadas.*

Adalberto Eberhard
Adalberto Eberhard
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
SED/PRMA

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Processo nº 02000.000937/2011-71

Fls 78

Brasília/DF, 19 de julho de 2012.

Ao Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para conhecimento e posterior encaminhamento à Conjur.

Encaminha-se o processo com acolhimento das ressalvas apontadas pelo Parecer nº 485/2012/CONJUR/MMA/ta. Assim, apensados ao processo, segue a Minuta da Acordo de Cooperação e as Certidões de débitos relativos aos tributos federais e à dívida da ativa da União e de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE RORAIMA

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Direta Federal nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília-DF, e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, apto. 202, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.237-140, portador da Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e o **ESTADO DE RORAIMA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual com sede na rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista-RR, inscrita no CNPJ nº 84.012.012/0001-26, neste ato representada por seu Secretário, **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Arthur Virgílio, nº 548, bairro Aparecida, Boa Vista-RR, CEP: 69.300-000, portador da Carteira de Identidade nº 937.289 (SSP/PA), inscrito no CPF nº 028.785.342-04 e nomeado Secretário pela Portaria nº 490-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de junho de 2006, e do **INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA - IACTI**, órgão da Administração Indireta Estadual, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **DANIEL GIANLUPPI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Valério Magalhães, nº 780, bairro São Francisco, Boa Vista-RR, CEP: 69.305-150, portador da Carteira de Identidade nº 5004918743 (SSP/RS), inscrito no CPF nº 108.022.660-53 e nomeado Diretor Presidente pelo Decreto nº 1.224, de 02 de junho de 2009, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber, e às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado de Roraima, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

e) colocar à disposição do Estado de Roraima as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado de Roraima no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado de Roraima;

g) discutir com o Estado de Roraima o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado de Roraima; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI:

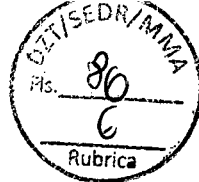
a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado de Roraima para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;

b) articular e instituir a Comissão Estadual do ZEE do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado de Roraima em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;





e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCIAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes, ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS



Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação, os partícipes concordam preliminarmente em solucioná-los administrativamente e última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União – AGU, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea “f” da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Governo do Estado de Roraima – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n.º 167, Bairro Centro		
CIDADE: Boa Vista	UF: Roraima	
NOME DO RESPONSÁVEL: Haroldo Eurico Amoras dos Santos	CPF: 028.785.342-02	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 937.289 (SSP/PA)		
ENDEREÇO: Rua Arthur Virgílio, n.º548, Bairro Aparecida		

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco "B"		
CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-900
NOME DO RESPONSÁVEL: Paulo Guilherme Francisco Cabral		CPF: 313.278.261-00
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 675.375	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal

Prazo para execução:

Junho de 2012 a junho de 2014.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado de Roraima realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil roraimense.

Nesse processo, antes de sua implantação, é preciso proceder à discussão, revisão e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado de Roraima, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho. O cumprimento das metas será apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)
		Unid.	
1	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos do meio físico-biótico do estado	relatórios e mapas aprovados	90
2	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do estado	relatórios e mapas aprovados	90
3	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios de potencialidade e fragilidade natural, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população	relatórios e mapas aprovados	90
4	Avaliação e aprovação do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	120
5	Realização de consultas públicas para discussão e validação do mapa de gestão e das diretrizes propostas	atas das consultas públicas elaboradas	150
6	Consolidação da proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	165
7	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	indicadores elaborados	180
8	Revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	marco legal revisado	190
9	Aprovação do novo marco legal pela Assembleia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	200
10	Realização dos ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	materiais gráficos publicados	240



11	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	-	300
12	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	ata da reunião da CCZEE elaborada	360
13	Encaminhamento e trâmite do ZEE no Conama, se necessário	atas das reuniões do Conama elaboradas	365
14	Publicação do decreto presidencial homologando recomendação do Conama de redução da reserva legal, para fins de recomposição	decreto publicado no Diário Oficial da União	-
15	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima

DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
CNPJ: 84.012.012/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços < <http://www.receita.fazenda.gov.br> > ou < <http://www.pgfn.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 12:34:39 do dia 26/03/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/09/2012.

Código de controle da certidão: **3360.6678.5771.3A86**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000052012-27001012
Nome: ESTADO DE RORAIMA
CNPJ: 84.012.012/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 27/06/2012.
Válida até 24/12/2012.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.000937/2011-71

Fls. 86

Em 20 de julho de 2012.

À Consultoria Jurídica/CONJUR,

Encaminha-se processo com minuta do Acordo de Cooperação para chancela.

Atenciosamente,


RAFAEL SALDANHA GANGANA
Chefe de Gabinete Substituto



PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02000 00937 12011 - 71	20/07/12	15:50	SEDR

Francisco

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☒

Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐

Apoio Administrativo

OBS:

[Assinatura]

CLEMILTON DA SILVA BARROS
Advogado da União
Consultor Jurídico - Substituto

Brasília, 23/07/2012

Consultor Jurídico

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐

Clemilton Barros

☐

Regina Baruzzi

☐

Rodrigo Magalhães

☐

Jamil Cardoso

☐

Thais Madruga

☐

Tânia Arrais

☐

Juliana Corbacho

☐

Jacira Rocha

☐

Theresa Cristina

☐

Marcelo Conceição

☐

Natanael Ramos

☐☐

Priscila Oliveira

☐

Odílio Siqueira

☐

OBS:

Brasília, ____/____/201__

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em ____/____/201__

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, ____/____/____

Advogado

DEVOLUÇÃO

Encaminho os presente autos à Coordenação-Geral, com: _____

Brasília, ____/____/201__

Advogado



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA – GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

COTA Nº 300 /2012/CGCA/CONJUR/MMA/CGU/AGU/ta

REFERÊNCIA: Processo nº 02000.000937/2011-71

INTERESSADO: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/Departamento de Zoneamento Territorial


ASSUNTO: Chancela. Minuta de Acordo de Cooperação Técnica (9.2)

Retornam os autos para que se proceda a chancela da minuta de Acordo de Cooperação Técnica que será celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, representado pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e o Estado de Roraima, representado por sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e pelo Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo por objeto a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE) no Estado de Roraima.

Em face desta Consultoria Jurídica já ter se pronunciado sobre a legalidade da minuta submetida ao seu crivo, tendo considerado de conformidade com as prescrições legais disciplinadoras da matéria - Parecer nº 485/2012/CGCA/CONJUR/MMA/ta (fls. 74/76), procede-se ao cancelamento da minuta acostada às fls. 79/83 dos autos, na forma solicitada.

Isto posto, retornem os autos Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, para providências quanto a assinatura e publicidade do ato.

Brasília, 25 de julho de 2012.


TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

EM BRANCO

Recebido GAB/SECRETARIA

27/07/12

As 09 h 15

Max



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.000937/2011-71

Fls. 89

Em de julho de 2012.

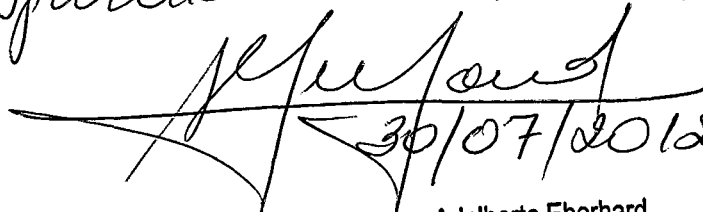
Ao Departamento de Zoneamento Territorial,

Após chancela da minuta de Acordo de Cooperação Técnica, conforme Cota nº 300/2012/CGCA/CONJUR/MMA/CGU/AGUta (fl.88), retornam-se os autos para providências quanto a assinatura e publicidade do ato.

Atenciosamente,


LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete

*A gerência do ZEE para
as providências cabíveis.*


30/07/2012.

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de Zoneamento Territorial
SEDI/Ministério



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Departamento de Zoneamento Territorial
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 950 - Brasília-DF
Brasília-DF (061) 2028-1364 FAX (061) 2028-1381

Ofício nº 47/2012/DZT/SEDR/MMA

Brasília, 06 de Agosto de 2012.

Ao Sr.

Daniel Gianluppi

Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de
Roraima - IACTI

Rua Domingos Braga, nº 44, Bairro São Francisco, Boa Vista, Roraima.

CEP: 69.305-220

E-mail: iacti@iacti.rr.gov.br

Telefones: (95) 3224-7262/3224-4207

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica para elaboração do ZEE de Roraima.

Senhor Diretor,

1. Estamos enviando, em anexo, três (03) vias da minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, respectivamente representados pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR - e pelo Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACTI.
2. Esta minuta já está aprovada pelas Consultorias Jurídicas destes órgãos e as três vias devem ser assinadas pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima e pelo Diretor Presidente do IACTI. Posteriormente, devem ser devolvidas ao Ministério do Meio Ambiente para recolhimento da assinatura do Secretário da SEDR e publicação no Diário Oficial da União.
3. Solicitamos que confirmem o recebimento deste.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial



Ministério do Meio Ambiente
Departamento de Zoneamento Territorial
Protocolo Geral Nº 00000.030947/2012-00

Data do Protocolo: 19/09/2012

Hora do Protocolo: 13:12:29

Nº do Documento: 170

Data do Documento: 10/09/2012

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA]

Signatário/Cargo: Haroldo Eurico Amoras dos Santos Secretário de Estado/SEPLAN

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica para elaboração do ZEE/RR.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Zoneamento Territorial] [Eliene Portela Nascimento] [EST0228]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º</p> <p>1º Gerente do ZEE para as providências necessárias.</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>19/09/12.</p>	<p>2º</p> <p>Ar Jacobson,</p> <p>Seguem as vias do ACT com Roraima, assinadas pelo estado, para a continuidade do processo de formalização da parceria.</p> <p>20/09/12 Att,</p>
<p>3º</p> <p>Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p> <p>Conforme solicitado, as vias foram anexadas ao processo 02000.000937/2011-72 e encaminhadas para assinatura e publicação no Diário Oficial da União.</p>	<p>4º</p> <p><i>[Assinatura]</i> Bruno Abe Saber Miquel Gerente do Programa ZEE Brasil SEDR/MMA</p>
<p>5º</p> <p>21/09/2012</p> <p>Atenciosamente</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Luiz R. Rodrigues Analista Ambiental Siape 2439044 DZT/SEDR/MMA</p>	<p>6º</p>



IACTI/PRESIDÊNCIA/OFÍCIO Nº. 170/2012

Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2012.

Ao Sr. ADABERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
Esplanada dos Ministérios
Brasília-DF

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica para elaboração do ZEE/RR

Senhor Diretor,

Conforme solicitado no OF. Nº 47/2012/DZT/SEDR/MMA, seguem as três vias do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, devidamente assinados e rubricados pelos titulares da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento-SEPLAN e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação-IACTI. Salientamos que em função da demora na aprovação do ACT o cronograma de cumprimento de metas deverá ser comprimido, já que os trabalhos de execução do Zoneamento tiveram continuidade normal, estando todos os estudos praticamente concluídos. As metas 1, 2 e 3 já estão concluídas e, as demais somente dependerão de ajustes. A meta final é de concluir o ZEE/RR em 2012. Informamos ainda que a base cartográfica do estado na escala 1:100.000, foi aprovada pelo IBGE. O ZEE/RR utilizou essa base cartográfica gerando os mapas finais na mesma escala.

Atenciosamente,

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Estado/SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente/IACTI



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Departamento de Zoneamento Territorial
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" 9º andar – sala 950 - Brasília/DF
TEL.: (061) 2028-1364 - FAX (061) 2028-1481

Mem. nº 179/2012 /DZT/SEDR/MMA

Em 21 de setembro de 2012.

Ao Sr. Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Roraima

1. Estamos encaminhando, para coleta de assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União, 03(três) vias da minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e o Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo por objeto a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico deste Estado.
2. Tal procedimento tem o parecer favorável da Consultoria Jurídica do Ministério, conforme despacho nº 485/2012/CGCA/CONJUR/MMA/ta, fls. 74/76, e COTA nº 300/2012/CGCA/AGU/ta, fl. 88.
3. Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DO INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE RORAIMA

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Direta Federal nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília-DF, e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, apto. 202, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.237-140, portador da Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e o **ESTADO DE RORAIMA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO - SEPLAN**, órgão da Administração Direta Estadual com sede na rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista-RR, inscrita no CNPJ nº 84.012.012/0001-26, neste ato representada por seu Secretário, **HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Arthur Virgílio, nº 548, bairro Aparecida, Boa Vista-RR, CEP: 69.300-000, portador da Carteira de Identidade nº 937.289 (SSP/PA), inscrito no CPF nº 028.785.342-04 e nomeado Secretário pela Portaria nº 490-P, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de junho de 2006, e do **INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA - IACTI**, órgão da Administração Indireta Estadual, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **DANIEL GIANLUPPI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua Valério Magalhães, nº 780, bairro São Francisco, Boa Vista-RR, CEP: 69.305-150, portador da Carteira de Identidade nº 5004918743 (SSP/RS), inscrito no CPF nº 108.022.660-53 e nomeado Diretor Presidente pelo Decreto nº 1.224, de 02 de junho de 2009, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no que couber, e às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

- a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;
- b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;
- c) assistir o Estado de Roraima no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima, bem como na revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima;
- d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado de Roraima, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;
- e) colocar à disposição do Estado de Roraima as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;
- f) auxiliar o Estado de Roraima no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado de Roraima;
- g) discutir com o Estado de Roraima o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;
- h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado de Roraima; e
- i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI:

- a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado de Roraima para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado de Roraima;
- b) articular e instituir a Comissão Estadual do ZEE do Estado de Roraima, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado de Roraima;
- c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado de Roraima em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;
- d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;



e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado de Roraima;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.




CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

   9

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

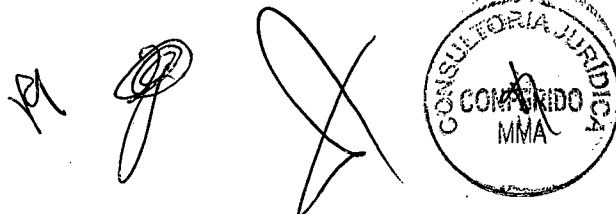
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes, ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS



Three handwritten signatures are visible. To the right is a circular stamp of the Consultoria Jurídica do MMA, with the text 'CONSULTORIA JURÍDICA' and 'CONFERIDO MMA'.



Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação, os partícipes concordam preliminarmente em solucioná-los administrativamente e última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União – AGU, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do art. 102, inciso I, alínea “f” da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, 25 de setembro de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN

DANIEL GIANLUPPI

Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:




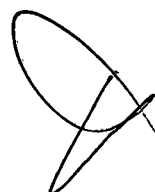
PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Governo do Estado de Roraima – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima		CNPJ/MF: 84.012.012/0001-26	
ENDEREÇO: Rua Cel. Pinto, n.º 167, Bairro Centro			
CIDADE: Boa Vista		UF: Roraima	
NOME DO RESPONSÁVEL: Haroldo Eurico Amoras dos Santos		CPF: 028.785.342-02	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 937.289 (SSP/PA)			
ENDEREÇO: Rua Arthur Virgílio, n.º548, Bairro Aparecida			

2. OUTRO PARTICIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98	
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”			
CIDADE: Brasília		UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-900
NOME DO RESPONSÁVEL: Paulo Guilherme Francisco Cabral		CPF: 313.278.261-00	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 675.375	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	

R1  

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal

Prazo para execução:

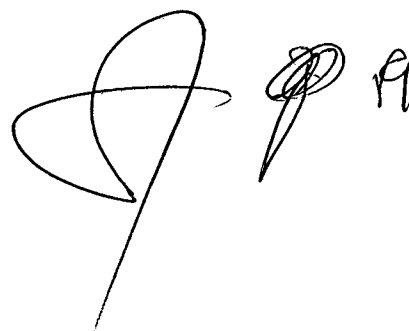
Junho de 2012 a junho de 2014.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsidio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

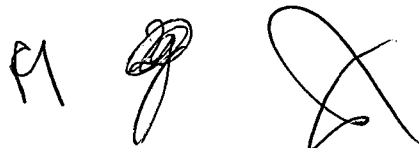
Para tanto, o ZEE do Estado de Roraima realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil roraimense.

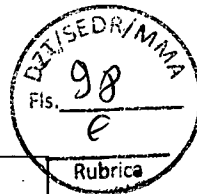
Nesse processo, antes de sua implantação, é preciso proceder à discussão, revisão e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado de Roraima, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho. O cumprimento das metas será apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.



4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)
		Unid.	
1	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos do meio físico-biótico do estado	relatórios e mapas aprovados	90
2	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do estado	relatórios e mapas aprovados	90
3	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios de potencialidade e fragilidade natural, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população	relatórios e mapas aprovados	90
4	Avaliação e aprovação do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	120
5	Realização de consultas públicas para discussão e validação do mapa de gestão e das diretrizes propostas	atas das consultas públicas elaboradas	150
6	Consolidação da proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	165
7	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	indicadores elaborados	180
8	Revisão do marco legal que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima	marco legal revisado	190
9	Aprovação do novo marco legal pela Assembléia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	200
10	Realização dos ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	materiais gráficos publicados	240



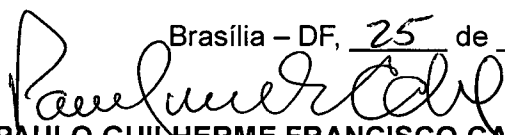


11	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	-	300
12	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	ata da reunião da CCZEE elaborada	360
13	Encaminhamento e trâmite do ZEE no Conama, se necessário	atas das reuniões do Conama elaboradas	365
14	Publicação do decreto presidencial homologando recomendação do Conama de redução da reserva legal, para fins de recomposição	decreto publicado no Diário Oficial da União	-
15	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, 25 de setembro de 2012.


PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

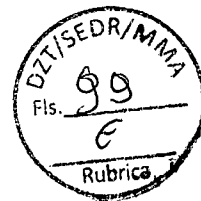

HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS
Secretário de Planejamento e
Desenvolvimento de Roraima


DANIEL GIANLUPPI
Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia
e Inovação do Estado de Roraima

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF nº: _____
CI nº: _____

Nome: _____
CPF nº: _____
CI nº: _____



EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, órgão da Administração Direta Estadual com sede na rua Cel. Pinto, nº 167, bairro Centro, Boa Vista-RR, inscrita no CNPJ nº 84.012.012/0001-26 e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, órgão da Administração Indireta Estadual. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: XX.XX.XXXX. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e Sr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos – Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, portador da Carteira de Identidade nº 937.289 (SSP/PA), inscrito no CPF nº 028.785.342-02 e do Sr. Daniel Gianluppi, Diretor do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, portador da Carteira de Identidade nº 5004918743 (SSP/RS), inscrito no CPF nº 108.022.660-53.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

[Handwritten signature]

EM BRANCO

RECEBIDO NA SEDR

Em 21/09/12

As 15:21

Man



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.000937/2011-71

Fls. 100

Em 24/09/2012

À CAF,


Para análise e providências.

Atenciosamente,


LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete

À GAB/SEDR

p/ coleta da Assinatura do Sr. Secretário
e posterior encaminhamento à CGAA/GM p/
publicação do Extrato, inferindo-se que o
presente Acordo preencheu os requisitos p/ sua
celebração.

Att. Rafael 
Rafael S. F. Gangana
Assessor Técnico
SEDR/MMA

1 25/09/12



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, CNPJ: 37.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, CNPJ: 84.012.012/0001-26, e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, Processo nº 02000.000937/2011-71. Objeto: Estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA/SEDR e o Estado de Roraima, por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Vigência: 25 de setembro de 2014. Data de Assinatura: 25 de setembro de 2012, PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, CPF: 313.278.261-00; HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, CPF: 028.785.342-04; DANIEL GIANLUPPI, Diretor-Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, CPF: 108.022.660-53.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Autorizo a publicação do Extrato de Acordo de Cooperação Técnica, conforme minuta acima apresentada. Encaminhe-se o presente processo à Coordenação Geral de Apoio Administrativo do Gabinete da Ministra – CGAA/GM para providências quanto à publicação do Extrato no Diário Oficial da União, Seção 3.

Brasília-DF, 25 de setembro de 2012.

LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete/SEDR

Publicado no D.O.U. de 20/10/12
Seção 3 Pág. 153
Ass. [assinatura]



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Processo nº 02000.000937/2011-71

Em 25/09/2012

À Coordenação-Geral de Apoio Administrativo,

Encaminhamos os autos para publicação do Extrato de Acordo de Cooperação Técnica, conforme documentação impressa e arquivo encaminhado para o e-mail cgaa@mma.gov.br.

Atenciosamente,


LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete

COA 4.7.11.13.11
Recebido em:
02/10/12 às 16:30

COA 4.7.11.13.11
Recebido em:
02/10/12 às 16:30

COA 4.7.11.13.11
Recebido em:
02/10/12 às 16:30

COA 4.7.11.13.11
Recebido em:
02/10/12 às 16:30

COA 4.7.11.13.11

Recebido em:

02/10/12 às 16:30

João



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DA MINISTRA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "B" – 5º ANDAR
70068-901 - BRASÍLIA/DF
FONE: (61) 2028-1254 - FAX: (61) 2028-1756
GAB@MMA.GOV.BR

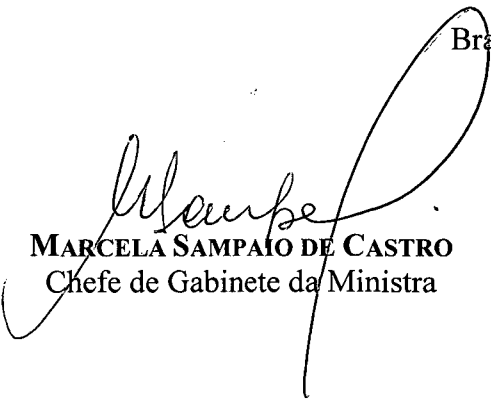


PROCESSO n. 02000.000937/2011-71

Despacho do Gabinete da Senhora Ministra do Meio Ambiente

Restitua-se o presente Processo à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, para colheita da assinatura do Secretário no Acordo de Cooperação Técnica, com posterior devolução para este Gabinete para publicação do ato.

Brasília, 03 de outubro de 2012.


MARCELA SAMPAIO DE CASTRO
Chefe de Gabinete da Ministra

RECEBIDO NA SEDR

Em 05/10/2012

As 09:20

suzanclayr



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.0000937/2011-71

Fls. 104

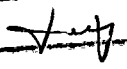
Em 05 de outubro de 2012

À Coordenação-Geral de Apoio Administrativo,


Após o cumprimento do despacho de fls. 103, para publicação do Extrato de Acordo de Cooperação Técnica.

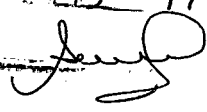
Atenciosamente,


PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário

Extrato de Pág 103,
Publicado no D.O.U. de 10/10/12
Seção 3 Pág. 143
Ass: 

PUBLIQUE-SE


João Vicente de A. da Costa
Coordenador Geral de Apoio Administrativo
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Gabinete da Ministra
09/10/12

05.10.12 17.01


**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE****EXTRATO DE RESCISÃO**

Ao Contrato Nº 119/2010.
Nº Processo: 02070.003268/2010-85. Contratante: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Contratado: FLAQUITA MARITIMA COMÉRCIO DE BARCOS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA. CNPJ nº 09.405.420/0001-22. Objeto: Aquisição de equipamentos de campo para implementação de ações de conservação de espécies ameaçadas de extinção, no âmbito do PROJETO II. Rescisão Unilateral com fundamento no art. 78, I e art. 79, I da Lei nº 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 03/10/2012.

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE FINANÇAS
E ARRECADAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2012 - UASG 443033**

Nº Processo: 02070001478201209.
PREGÃO SISP Nº 16/2012 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 15001655000151. Contratado: EFATA SOLUCOES TECNICAS LTDA - ME. Objeto: Prestação de limpeza, asseio e conservação predial, sob demanda para atender o ICMBio. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/09/2012 a 14/09/2013. Valor Total: R\$90.399,96. Fonte: 388000000 - 2012NE802488. Fonte: 388000000 - 2012NE802490. Fonte: 388000000 - 2012 802494. Fonte: 388000000 - 2012 802497. Fonte: 388000000 - 2012 802499. Fonte: 388000000 - 2012 802500. Data de Assinatura: 14/09/2012.

(SICON - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2012 - UASG 443033

Nº Processo: 02070001478201209.
PREGÃO SISP Nº 16/2012 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 05997053000142. Contratado: RONDONIA SERVICOS E CONSERVACAO - LTDA - ME. Objeto: Prestação de limpeza, asseio e conservação predial, sob demanda para atender o ICMBio. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/09/2012 a 14/09/2013. Valor Total: R\$119.088,01. Fonte: 388000000 - 2012NE802556. Fonte: 388000000 - 2012NE802543. Fonte: 388000000 - 2012NE802545. Fonte: 388000000 - 2012NE802547. Fonte: 388000000 - 2012NE802548. Fonte: 388000000 - 2012NE802550. Fonte: 388000000 - 2012NE802551. Fonte: 100000000 - 2012NE802554. Fonte: 100000000 - 2012NE802552. Data de Assinatura: 14/09/2012.

(SICON - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2012 - UASG 443033

Nº Processo: 02070001478201209.
PREGÃO SISP Nº 16/2012 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 07441614000158. Contratado: MAHCRÓ SERVICOS DE LIMPEZAS E -COMERCIO EM GERAL LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviço de limpeza, asseio e conservação predial, sob demanda para atender o ICMBio. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/09/2012 a 14/09/2013. Valor Total: R\$106.904,04. Fonte: 100000000 - 2012NE802517. Fonte: 174193034 - 2012NE802520. Fonte: 174193034 - 2012NE802521. Fonte: 174193034 - 2012NE802522. Fonte: 174193034 - 2012NE802526. Fonte: 174193034 - 2012NE802524. Fonte: 174193034 - 2012NE802529. Data de Assinatura: 14/09/2012.

(SICON - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2012 - UASG 443033

Nº Processo: 02070001478201209.
PREGÃO SISP Nº 16/2012 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 07441614000158. Contratado: MAHCRÓ SERVICOS DE LIMPEZAS E -COMERCIO EM GERAL LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviço de limpeza, asseio e conservação predial, sob demanda para atender o ICMBio. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/09/2012 a 14/09/2013. Valor Total: R\$29.995,04. Fonte: 174193034 - 2012NE802517. Data de Assinatura: 14/09/2012.

(SICON - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2012 - UASG 443033

Nº Processo: 02125000030201287.
DISPENSA Nº 54/2012 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CPF Contratado: 85877277537. Contratado: SILVERIO FERREIRA LUCAS BAPTISTA - Objeto: Locação de imóvel para a instalação da Sede Administrativa da CR 7 e UAAF, situado na Rua Mamocipó, Quadra "G", lote 3 - Gleba 76 - Taperaçu - Porto Seguro/BA, com área de aproximadamente 622 m². Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vi-

gência: 02/10/2012 a 02/10/2013. Valor Total: R\$168.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE802793. Data de Assinatura: 02/10/2012.

(SICON - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2012 - UASG 443033

Número do Contrato: 112/2011.
Nº Processo: 02070002757201109.
PREGÃO SISP Nº 25/2011 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 00952617000107. Contratado: ACP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E -ALIMENTOS LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento e distribuição de café e bebidas quentes em máquinas automáticas. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 19/09/2012 a 19/09/2013. Data de Assinatura: 14/09/2012.

(SICON - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2012 - UASG 443033**

Nº Processo: 02070001997201269. Objeto: Contratação de empresa concessionária para prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, mediante disponibilização de códigos de acessos móveis, com Área de Registro nos municípios constantes do Anexo I-A, com fornecimento de aparelhos digitais em comodato, para atender aos servidores ocupantes de funções de Diretoria e Assessoramento Superiores no ICMBio, inclusive na condição de assinante viajante, prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) com fornecimento de modem 3g e pacote de serviços para acesso à Internet, sem fio, para atender às necessidades de telecomunicações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 10/10/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Esgw 103/104 Lote 1 Módulo "b" Complexo Adm. Sudoeste - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 10/10/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/10/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponível no site www.comprasnet.gov.br e www.icmbio.gov.br.

JOSE LUIZ ROMA
Pregoeiro

(SIDE - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2012**

O Pregoeiro Oficial do ICMBio torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Eletrônico nº 10/2012. Foi vencedora a empresa Nutrichas Serviços Ltda - CNPJ 42.194.191/0001-10 - Valor Global R\$ 9.500.000,00.

JOSÉ LUIZ ROMA

(SIDE - 09/10/2012) 443033-44207-2012NE800342

**UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS - GOIÂNIA****EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 29/2012, referente ao Pregão Eletrônico nº 06/2012. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos de camping, eletrodomésticos, eletroportáteis, ferramentas, informática, escritório, elétricos e outros. Processo nº 02155.000028/2012-51. Data de assinatura: 24/8/2012. Vigência: 12 (doze) meses. Com homologação dos itens 17 e 18 à empresa: RIBEIRO & SOBRINHO LTDA-ME. Valor global de R\$ 657,00. PELO CONTRATANTE: Estevão Rebouças de Souza - Chefe da UAAF/Goiania. PELA CONTRATADA: Carlos Vitor R. Sobrinho - Representante Legal.

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 42/2012, referente ao Pregão Eletrônico nº 08/2012. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de laboratório e outros. Processo nº 02155.000058/2012-67. Data de assinatura: 27/8/2012. Vigência: 12 (doze) meses. Com homologação dos itens 03, 05 e 18 à empresa: QUALY COMERCIAL LTDA E-PP. Valor global de R\$ 7.319,00. PELO CONTRATANTE: Estevão Rebouças de Souza - Chefe da UAAF/Goiania. PELA CONTRATADA: KELLY DE SOUZA BARBOSA - Representante Legal.

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO
E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que entre si celebraram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, CNPJ: 37.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, CNPJ: 84.012.012/0001-26, e do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, Processo nº 02000.000937/2011-71. Objeto: Estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA/SEDR e o Estado de Roraima.

por intermédio da SEPLAN e do IACTI, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Vigência: 25 de setembro de 2014. Data de Assinatura: 25 de setembro de 2012, PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, CPF: 313.278.261-00; HAROLDO EURICO AMORAS DOS SANTOS, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, CPF: 028.785.342-04; DANIEL GIANLUPPI, Diretor-Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, CPF: 108.022.660-53.

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão****FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 22/2012 - UASG 114702**

Nº Processo: 04600003518201239. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição e instalação de um elevador de passageiros, para atender o Prédio Central da ENAP, com capacidade mínima de 675 Kg ou 09 pessoas, e velocidade mínima de 60m/min, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I, desta Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 10/10/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Sais Área 2-a Setor Policial Sul BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 10/10/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/10/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

BRENO AURELIO DE PAULO
Pregoeiro

(SIDE - 09/10/2012) 114702-11401-2012NE800001

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO
DE INFORMAÇÕES****AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 17/2012**

Comunicamos que o edital da licitação supra citada, publicada no DOU de 28/09/2012 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de retratada e instalação (substituição) de 04 (quatro) condicionadores tipo Split, com 60.000 btus, marca Komeco, no Galpão da Indústria, Setor de Ofício, Complexo do IBGE em Parada de Lucas Av. Brasil, 15.671 Rio de Janeiro - RJ. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 10/10/2012 das 10h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00. Endereço: Av. General Canabarro, 706 - Sala 214 Maracanã - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 10/10/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/10/2012, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ADSON PEREIRA TELLES
Pregoeiro

(SIDE - 09/10/2012) 114629-11301-2012NE800001

DIRETORIA EXECUTIVA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2012 UASG 114601**

Nº Processo: 03603000041201247.
PREGÃO SISP Nº 47/2012 Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 06885830000120. Contratado: LINK INFORMATICA LTDA - EPP - Objeto: Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos servidores de diversas marcas e modelos no IBGE. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Vigência: 24/09/2012 a 24/09/2013. Valor Total: R\$70.990,00. Fonte: 100000000 - 2012NE801373. Data de Assinatura: 24/09/2012.

(SICON - 09/10/2012) 114629-11301-2012NE800001

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 59/2012 - UASG 114601**

Nº Processo: 03602000416201106. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos (acessórios) para levantamento Geodésico de Alta Precisão (Tripé, Base nivelante, Trena) Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 10/10/2012 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Av. Franklin Roosevelt, 166 - S/706 Castelo - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a

À SE DE
8 pontos publicados
10/10/2012
João Lucas (Ribeiro)
GOV-MA

Em Branco

Recebido GAB/SEDR

10 / 10 / 12

14 h 50

Roldineide



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Processo nº 02000.000937/2011-71

Em 10/10/2012

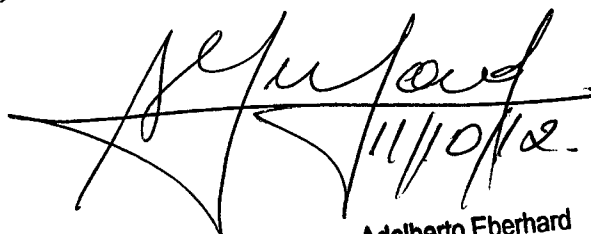
Ao DZT,

Para acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica e demais providências.

Atenciosamente,


LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete

A Gerência do DZT
para as providências
necessárias.


11/10/12.

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.000937/2011-71

Interessado: DEPARTAMENTO DE GESTAO AMBIENTAL TERRITORIAL

- Aos 04 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.000937/2011-71 contendo 107 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Ramos Barbosa, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0000932** e o código CRC **F7622E6B**.